



**Universidade Federal de Uberlândia
Instituto de História
Programa de Pós-Graduação em História**

Wallace Ferreira dos Santos

A invenção da cidade: Governador Valadares na trilha da modernização (1960-1970)

**Uberlândia - MG
Novembro de 2014**



Universidade Federal de Uberlândia
Instituto de História
Programa de Pós-Graduação em História
Av. João Naves de Ávila, nº 2121 – Campus Stª Mônica – Bloco “H”. CEP 38.400-092 – Uberlândia/MG. Tel: 34 3239-4395

Wallace Ferreira dos Santos

A invenção da cidade: Governador Valadares na trilha da modernização (1960-1970)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação do Professor Dr. Jean Luiz Neves Abreu.

Uberlândia - MG
Novembro de 2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

S237i Santos, Wallace Ferreira dos, 1981-
2014 A invenção da cidade: Governador Valadares na trilha da
modernização (1960-1970) / Wallace Ferreira dos Santos. -
2014.
98f.

Orientador: Jean Luiz Neves Abreu.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História.
Inclui bibliografia.

1. História - Teses. 2. História social - Teses. 3.
Governador Valadares (MG) - História - 1960-1970 - Teses.
I. Abreu, Jean Luiz Neves. II. Universidade Federal de
Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História. III.
Título.

CDU:930

A invenção da cidade: Governador Valadares na trilha da modernização (1960-1970)

Wallace Ferreira dos Santos

Dissertação aprovada para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação nível *Stricto Sensu* em História, da Universidade Federal de Uberlândia, pela banca formada por:

Uberlândia, 28 de novembro de 2014.



Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu

Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – Uberlândia / MG



Prof. Dra. Regma Maria dos Santos

Universidade Federal de Goiás (UFG) – Catalão / GO



Prof. Dr. Haruf Salmen Espindola

Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE) – Gov. Valadares / MG

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, autor de meu destino, meu guia, socorro presente na hora da angústia.

Ao professor Jean Neves pela competência, paciência na orientação e incentivos que tornaram possíveis os rumos e a conclusão desta dissertação.

A meu pai Sebastião (Fiinho) pela sabedoria e equilíbrio nos conselhos, minha mãe Aparecida pelos valores que me transmitiu desde criança e aos meus irmãos Wesley e Wellita que mesmo distantes geograficamente estão sempre comigo em meu coração. Ao meu avô Manoel Gandra. Aos meus tios Hugo e Laurinda, meu mais que especial agradecimento, imprescindíveis nessa caminhada, pois foram durante muito tempo mais que amigos, os mecenas da minha carreira. Aos meus primos Helder e Wederson pela descontração e alegria das conversas em família. À meu sogro Adair e minha sogra Iracilda pela generosidade e acolhida em Ipatinga. À minha querida e amada esposa Mayara, pelos incentivos, lealdade e amor dedicados a mim.

Aos Professores Marco Sávio, Haruf Espindola, Maria Terezinha B. Vilarino, com quem partilhei o que era o broto daquilo que veio a ser parte deste trabalho. Às Professoras Josianne Cerasoli e Regma Maria argumentadoras atentas, com pontos que colaboraram imensamente para as pesquisas e a elucidação de muitas questões que me angustiarão.

Um agradecimento muito especial aos grandes amigos Thiago Riccioppo, Alexandre Mattioli, Marcelo Marques, Michel Angelo e Johnisson Xavier, as conversas durante e para além dos estudos foram fundamentais, mas acima de tudo tornaram divertidas a vivência na universidade.

Imensamente grato à Valéria M. Silva pela hospedagem e pelo apoio na chegada a Uberlândia.

A todos aqueles que de alguma forma estiveram e estão próximos a mim, fazendo esta vida valer cada vez mais a pena.

Resumo

Essa dissertação faz um estudo sobre a cidade de Governador Valadares (Minas Gerais) no período compreendido entre os anos de 1960 e 1970, buscando apreender os projetos de modernização presentes discursos produzidos pela imprensa - artigos, propagandas, notícias - e pelas autoridades públicas- relatórios, ofícios, e posturas municipais. Esses discursos representam a cidade de forma homogênea, como um espaço próprio com uma organização racional e científica. Saúde, higiene pública reformas traduzem os processos de modernização e progresso pretendidos para a cidade. Procuramos compreender também como esses projetos de modernização procuravam encobrir outras formas de representação da cidade e suas apropriações pelos homens e mulheres no cotidiano, que também emerge da documentação.

Palavras-chave: Vida Urbana. Imprensa. Modernização.

ABSTRACT

This dissertation is a research of the city of Governador Valadares (Minas Gerais) in the period between 1960 and 1970, attempting to identify modernization projects present discourses produced by the press - articles, advertisements, news - and the authorities public - reports , letter, and municipal ordinances. These discourses represent the city evenly, as a private space with a rational and scientific organization. Health, sanitation reforms reflect the processes of modernization and progress intended to the city. We also seek to understand how these modernization projects sought to cover other forms of representation of the city and its appropriation by men and women in everyday life, which also emerges from the documentation.

Key words: Urban Life. Press. Modernization.

LISTA DE ABREVIACÕES

CARDO	Companhia Açucareira do Rio Doce
CEDAC	Centro de Documentação e Arquivos de Custódia
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais S.A.
CODEG	Cia. de Desenvolvimento de GV
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DRD	Diário do Rio Doce
EFVM	Estrada de Ferro Vitória a Minas
ES	Espírito Santo
ETEL	Empresa de Terrenos Esperança LTDA
GV	Governador Valadares
IBGE	Instituto Brasileiro de geografia e Estatística
MG	Minas Gerais
MIT	Minas Instituto de Tecnologia
NEHT	Núcleo de Estudo Históricos e Territoriais
SAAE	Serviço Autônomo de Água e Esgoto
SESP	Serviço Especial de Saúde Pública

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Avenida JK, década de 50 -	40
Figura 2 -	Avenida JK, década de 1960 -	40
Figura 3 -	JK em desfile com carro aberto, em 1960 -	42
Figura 4-	Vista aérea do centro de Governador Valadares e imediações, 1962 -	46
Figura 5:	Traçado urbano de Governador Valadares, em 1958 -	72
Figura 6:	Vista parcial da área central, década de 50 -	76
Figura 7:	Vista parcial da área central, década de 50 -	78

Sumário

Introdução	15
I - A História da Cidade e os processos de modernização	24
1.1 A modernidade forjada	24
II- Projetos para a urbe: norma e desvios	37
2.1 Sonhos e desilusões	48
2.2 Reformas morais	50
III- As múltiplas faces da cidade	62
3.1 Os anúncios: mensageiros do progresso	62
3.2 Outras faces da "Princesa"	68
3.3 As praças	76
Considerações finais	83
Fontes e referências bibliográficas	85
Fontes	85
Referências bibliográficas	91

É o humor de quem olha que dá a forma à cidade (...) Quem passa assobiando, com o nariz empinado por causa do assobio, conhece-a de baixo para cima: parapeitos, cortinas ao vento, esguichos. Quem caminha com o queixo no peito (...) cravará os olhos na altura do chão, dos córregos, das fossas, das redes de pesca, da papelada. Não se pode dizer que um aspecto da cidade seja mais verdadeiro que outro....

CALVINO, Ítalo.

Introdução

Durante a década de 1960, vários projetos reformistas que almejavam transformações sociais, políticas e econômicas foram criados no Brasil. Inúmeros trabalhos acadêmicos, inclusive de atores que vivenciaram toda essa efervescência política, já discorreram sobre as ideias, sonhos de diferentes organizações e suas diversas formas de atuação sobre o espaço urbano que atuaram nos Anos 1960 e 70. Essa dissertação procura analisar tais questões a partir da cidade de Governador Valadares nesse contexto.

Neste sentido, esse trabalho propõe estabelecer um diálogo com os estudos sobre cidades na historiografia que foram relevantes para o desenvolvimento dos argumentos desse trabalho. Abordagens que nos ajudaram a refletir sobre as cidades, ainda que sob enfoques e preocupações diversas.

A cidade como objeto da história tem sido objetos de vários trabalhos e há várias perspectivas sobre o tema, conforme chamam atenção Marisa Teixeira Carpintéro e Josianni Cesaroli, em artigo no qual fazem um balanço das principais abordagens da cidade na história. Como ressaltam as autoras, é impossível um balanço de toda a produção acadêmica. Por essa razão, destacamos alguns trabalhos que mais se mostram relevantes para o projeto.¹

O estudo de Nicolau Sevcenko destaca as contradições e o potencial destrutivo dos processos de urbanização e modernização na capital paulista no século XX, dando visibilidade aos conflitos que uma nova ordem proporcionada pela modernização acaba causando numa sociedade tão desigual como a nossa, cujas tensões parecem longe de serem equacionadas.² O frêmito das tecnologias mecânicas de aceleração se transpõe para os corpos e as mentes por meio de celebrações físicas, cívicas e míticas no espaço público. Um verdadeiro experimento social em escala gigantesca, na busca de uma identidade utópica.

Esse processo de urbanização, modernização e transformações urbanas influenciou de forma contundente na compreensão do mundo e na percepção das pessoas acerca da sociedade que estava surgindo no país no século XX, no caso local, a partir da segunda metade do século XX. Ilustrativo dessa análise do processo de

¹ CERASOLI, J. F.; CARPINTÉRO, M. V. T. A cidade como história. *História. Questões e Debates*, v. 50, p. 61-101, 2009.

mudança é o trabalho de Flora Süssekind³, que procura analisar de que forma aquilo que ela chama de “paisagem técnico-industrial” acabou por influenciar na construção de diversas visões comuns entre as elites letradas do país. A autora centra sua análise na influência da modernidade urbana através de novos objetos e máquinas e como esse conjunto de artefatos refletiu no mundo das letras nacional. Pelos deslocamentos que ela produz que marcaram a modernização do país, há o trabalho de Francisco Foot Hardman. Este autor procura compreender de que forma esse “moderno” acabou por produzir não a civilização, como gostavam de pregar as elites nacionais no início do século passado XX, mas sim a ruína, graças aos despropósitos que moviam esse processo de modernização e à falta de interesse de integração de populações e regiões inteiras do país à economia nacional.⁴

Estudos mais específicos como os de Raquel Rolnik procuram analisar de forma mais detida o processo legal de construção das cidades, mais especificamente como os processos de urbanização e de modernização influenciaram na definição do espaço urbano, separando aquilo que ela chama de “cidade legal” de uma outra cidade, incompleta e oposta a esta, a “cidade ilegal”.⁵

As análises de Lúcio Kovarik levantam os caminhos complexos onde o desenvolvimento urbano brasileiro passou, levando à construção de cidades onde a exclusão e a descontinuidade se configuraram. As cidades brasileiras, portanto, refletiriam as contradições da formação de nossa própria sociedade, já que a sua descontinuidade e o seu caráter conflitivo nada mais seriam do que reflexos da própria constituição histórica da sociedade brasileira. As posições defendidas por Kovarik em seus trabalhos nos levam a pensar acerca das especificidades de cada região e das conflagrações de caráter histórico que acabam por revelar-se na constituição urbana das cidades como um todo.⁶

Os estudos comentados acima apontam as imbricações entre a modernidade e os processos de urbanização. Marshall Berman visualiza a modernidade como a implementação de recursos avançados de desenvolvimento e praticidade da vida

² SEVECENKO, N. *Orfeu extático na metrópole*. Editora Companhia das Letras, 1992 - 390 p.

³ SÜSSEKIND, F. *Cinematógrafo de letras*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

⁴ HARDMAN, F. F. *Trem fantasma*. A modernidade na selva. São Paulo: Cia. Das Letras: 1991.

⁵ ROLNICK, Raquel. *A cidade e a lei*. Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. (segunda edição) São Paulo: FAPESP/Studio Nobel, 1999.

⁶ KOWARICK, Lúcio (Org.). *As lutas sociais e a cidade de São Paulo, passado e presente*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

cotidiana, a partir do século XIX, como fábricas automatizadas, ferrovias, zonas urbanas em crescimento, instrumentos de comunicação, a consolidação do capitalismo, movimentos radicais que lutam contra a própria modernização, Estados nacionais mais fortes e competitivos⁷. O contexto brasileiro relacionado à modernidade, tal qual a define Berman, é vivido pelo Estado Novo implementado por Vargas (1937/45), que irá valorizar a cultura popular, a educação nacionalista, a defesa da indústria, o trabalho controlado, a mobilização (dirigida) da população e os fatos da história do povo brasileiro para construir, pelo alto, uma nacionalidade coletiva, além da busca desenfreada pelo “novo”. O Estado se tornará mecenas na construção de várias obras e no estímulo à industrialização que buscaram enquadrar o Brasil na elite dos países desenvolvidos.⁸ Desse modo, tanto o Estado federal quanto as principais unidades da federação adotaram a concepção da industrialização como sinônimo de desenvolvimento e progresso ao intervirem ativamente na economia. Todavia, não só no âmbito econômico, mas também na arquitetura, cultura, ensino e no cotidiano, o ideal de modernização também estava implícito.

A figura de Juscelino Kubistchek enquadrou-se nesse contexto, já que sua mentalidade, desde a prefeitura de Belo Horizonte até a presidência da República se baseou nos mesmos preceitos de prosperidade, progresso, busca pelo novo e por um futuro promissor, elementos conjugados para a implementação da modernidade. A perspectiva de modernidade em Juscelino Kubistchek visava ao futuro. Na modernidade tardia brasileira dos anos de 1940 a 1960, o processo estava sendo conduzido pelo Estado, e o “novo” era difundido no imaginário social a partir das novidades e atualidades absorvidas do cenário internacional, sem entretanto, atingir as estruturas tradicionais de poder. Dessa forma, as estruturas nacionais permaneciam as mesmas, pois as rupturas e mudanças drásticas poderiam ferir interesses da elite dominante, em um país de fortes antecedentes patriarcais. “O que o tardio geralmente transmite é mais um sentido de que as coisas são diferentes, que passamos por uma transformação de vida que é de algum modo decisiva, mas também mudanças nas esferas do cotidiano e da cultura”.⁹

⁷ BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1986.

⁸ FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: Historiografia e História*. 12ªe. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

⁹ JAMESON, Fredric. *Pós-modernidade: a lógica cultural do capitalismo tardio*. Tradução de Maria Elisa Cevalco. São Paulo: Ática, 1996. p. 24.

Além dos estudos que abordam questões relativas à urbanização, destacamos também a discussão sobre imprensa, fundamental para as questões metodológicas de nossa pesquisa. Um dos trabalhos que merecem destaque é o de Heloísa de Faria Cruz *São Paulo em papel e tinta, periodismo e vida urbana 1890-1915*.¹⁰ Utilizando-se das manchetes de jornais, a autora faz uma análise sobre as conexões entre a cultura de determinados grupos de instrução e o viver na cidade, ressaltando a função da imprensa em suas várias vivências socioculturais da sociedade paulistana. Suas ponderações nos ajudaram a pensar acerca da imprensa escrita como fontes de pesquisa.

Outro trabalho que muito nos elucidou como suporte para esse debate foi *história e imprensa - representações culturais de práticas de poder*. Esta obra nos auxiliou a mapear as principais linhas de produção historiográfica voltadas para o tema história e imprensa no Brasil, levando em conta novas pesquisas documentais e recentes perspectivas teóricas e metodológicas de abordagem, surgidas no âmbito da renovação historiográfica das duas últimas décadas. Ele se situa no centro dos debates de renovação historiográfica, com destaque para as abordagens políticas e culturais. O redimensionamento da imprensa como fonte documental — na medida em que expressa discursos e expressões de protagonistas — possibilitou a busca de novas perspectivas para a análise dos processos históricos. Dessa forma, superou-se a perspectiva limitada de identificar a imprensa como portadora dos “fatos” e da “verdade”. Deixaram-se também para trás posturas preconcebidas, que a interpretavam, desdenhosamente, como mero veículo de ideias ou forças sociais, que, por sua vez, eram subordinadas estritamente por uma infraestrutura socioeconômica.¹¹

Com base nessa historiografia é possível perceber, com mais clareza, algumas dimensões presentes nas matérias publicadas pelo jornal *Diário do Rio Doce* em Governador Valadares, no período estudado. Os artigos de menor importância, aqueles que não ocupavam as primeiras páginas, como as publicidades de vendas, estabelecimentos comerciais e aluguéis, fizeram descortinar uma cidade diferente daquela apresentada como possível. Nesse sentido, nos ocupamos em pensar a função

¹⁰CRUZ, Heloísa Faria. *São Paulo em papel e tinta, periodismo e via urbana 1890-1915*. São Paulo: EDUC; FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo. Imprensa Oficial, SP. 2000.

¹¹NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A, FAPERJ, 2006.

que exercia o Jornal ou os redatores na vida social das pessoas que habitavam a cidade¹².

Ao elegermos a cidade como objeto de estudo procuramos nos aproximar das abordagens que pensam as cidades “espaços” que ligam os indivíduos e os grupos e em suas práticas sociais. Nosso intuito foi, portanto, evidenciar o que *viam* e o que *previam* os redatores dos jornais, os documentos oficiais da Câmara de vereadores e Prefeitura, nesse período da história de Governador Valadares. Os processos de transformação urbana, as imbricações e relações tecidas entre racionalidades, sentimentos e sensibilidades que instituíam esse espaço urbano. A ideia de uma cidade moderna, mostrada como ela foi criada, discutida sobre esse conceito e seus “duplos” (moderno-modernidade-modernização).

Ao propormos uma discussão sobre os projetos de urbanização e sua relação com os processos de modernização enfocamos uma das temáticas da linha Política e Imaginário, do Programa de Pós-graduação em História da UFU, ligada às configurações espaciais e a história, e pretendemos estudar esse aspecto não só como um desdobramento das ações políticas, mas também dos projetos ligados a essas.

Do ponto de vista de sua relevância, cabe observar que a história da urbanização de Governador Valadares está ligada com questões mais amplas. Existe estreita relação entre os problemas estruturais que caracterizam a região do médio Rio Doce, entre 1960 e 1991, e o processo de formação histórica regional, no contexto da modernização e industrialização brasileira, entre 1930 e 1960. Para que fossem possíveis essas visualizações, adotamos o princípio da “variação de escalas”, já que, “não são os mesmos encadeamentos que são visíveis quando mudamos a escala, mas conexões que passaram despercebidas na escala macro histórica”, fundamental para esse estudo já que aborda uma cidade.¹³

Ao compreender os processos de urbanização em Governador Valadares e seus conflitos procuramos buscar luzes sobre aspectos da história da região pouco analisados.

Procuramos, neste olhar, entender os discursos da construção daquilo que define as principais características de Governador Valadares. Analisamos a fase de maior

¹²ARRUDA, Adson. Imprensa, vida Urbana e Fronteira: a cidade de Cárceres nas primeiras décadas do século XX (1900-1930). (Dissertação). Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso, 2002.

intervenção urbana buscando as relações da cidade com seus habitantes. Essa relação nos permitiu entender o campo de conflito identitário que estabeleceu no alvorecer da cidade moderna. Perscrutamos a produção de discursos em torno da modernidade expresso por vários atores que se expressaram pelo jornal. Nosso tema tem como pano de fundo os projetos vistos sob o ideal de modernidade e suas imbricações no imaginário social. No nosso caso, analisaremos as intervenções a partir de suas implicações nas relações sociais já que foi através dela que as identidades foram marcadas.

Escolhemos como foco de pesquisa alguns documentos do principal jornal da cidade, *Diário do Rio Doce* e do Centro de Documentação Arquivo de Custódia (CEDAC) onde estão disponíveis documentos da Câmara e Prefeitura Municipal do município. Cada grupo de fonte pesquisado foi cuidadosamente tratado, atentando-se para as particularidades dos seus discursos. As Atas da Câmara Municipal (décadas de 1960-1970) proporcionaram informações sobre projetos esboçados e planos urbanísticos, pensados como forma de viabilizar as demandas econômicas e condições de produção da cidade além, de planos de intervenções modernizadores.¹⁴

Outra fonte de fundamental importância foi o *Diário do Rio Doce*. O Jornal convidava e persuadia o leitor a abraçar o projeto de cidade moderna e, ao mesmo, tempo cumpria o papel de denunciar as transgressões ao ideal de modernidade. Por meio dele foi possível observar uma cidade sendo formada e reformada, vimos projetos sendo pensados, assim como percebemos evidências de condutas valorizadas de seus moradores¹⁵.

As questões sanitárias e/ou saberes técnicos científicos, sobretudo no que diz respeito aos engenheiros, é imprescindível para o entendimento e influência sobre as

¹³ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução: Alain François. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007, 220-221.

¹⁴ Câmara Municipal de Governador Valadares. Requerimento N. 26/66. Processo N. 38/66, 08 de fevereiro de 1966. CEDAC. Cx. 62/2116. Série 1 – Infraestrutura urbana. Subsérie 7. Cessão terrenos imóveis.

¹⁵ O *Diário do Rio Doce* iniciou suas atividades em 30 de março de 1958. Nasceu como um jornal de publicações diárias, permanecendo assim até os dias atuais. Suas primeiras manchetes revelam um jornal de caráter informativo e dinâmico, mas, sobretudo político, antenado aos acontecimentos nas esferas internacionais, nacionais, regionais e locais. Seus primeiros sócios proprietários foram, em grande parte, homens ligados à economia e política regional; são eles os senhores Armando Viera, Hermírio Gomes da Silva, Laercio Duarte Byrro, Hosvaldo Alcantara, José Velloso Braga, José Antônio Pinheiro, Sebastião Guimarães, Januário da Flon Fária, Geraldo Vianna Cruz e Paulo Duarte Byrro. Além dos senhores Pedro Tassis e Ivanor Tassis como penúltimos donos. Atualmente, o *Diário do Rio Doce* tem como sócios proprietários os senhores Edison Qualberto e Getúlio Miranda Primo. (Fonte: Arquivo *Diário do Rio Doce*).

políticas públicas, servindo como argumento para que a sociedade recebesse a influência dos valores externos, relacionados às novas condições progressistas e modernas do momento.¹⁶

As imagens e a arquitetura, elementos constitutivos dos discursos materializados, nos deram o suporte visual da representação historicamente construída ao longo dos anos na cidade. Esses recursos monumentais imortalizaram a ideia do que se queria construir. Verificamos como o passado deixa significativas marcas no presente, a ponto de o identificarmos, mesmo quando se quer rejeitá-lo. Tentamos entender como a cidade de Governador Valadares, situada na região do Vale do Rio Doce lida com seu passado. Para essa cidade, pólo comercial, o presente ofusca, e até nega um passado histórico marcado pela incompletude de seus projetos urbanísticos. Os vários discursos sobre a cidade, portanto, não podem ser pensados como referências verdadeiras que se impõem de forma natural, porque são produtos das relações sociais desenvolvidas na cidade que em última análise, acabam por definir e delinear a paisagem urbana, a imagem da cidade.

Conforme propõe Adson de Arruda "

as relações sociais desenvolvidas nas cidades são historicamente determinadas, capazes de fornecer elementos para a compreensão das atitudes, desejos e projetos de homens e mulheres em épocas distintas. Captar e investigar as práticas sociais e comportamentos dos moradores de uma cidade implica em dar visibilidade aos vários projetos que colocam em curso, tais como as maneiras de viver, de habitar, de trabalhar e se divertir dos moradores.¹⁷

A partir da leitura dos textos mencionados acima foi possível perceber, com mais clareza, algumas dimensões presentes nas matérias publicadas nos jornais que circulavam em Governador Valadares, no período estudado. Em especial, as notícias consideradas à primeira vista de menor relevância, como anúncios, programas culturais, conselhos morais e notícias sociais. Apresenta-se nesse instante uma cidade efervescente: encanadores e dentistas, por exemplo, dividiam os classificados com notas

¹⁶ DRD. 16 de outubro de 1959. Tema: Eng. Murilo Mendes arborizará a Av. JK. O Prefeito Raimundo Albergaria disse “estou procurando encarregar técnicos para os serviços mais importantes”.

¹⁷ ARRUDA, Adson. Imprensa, vida Urbana e Fronteira: a cidade de Cárceres nas primeiras décadas do século XX (1900-1930). (Dissertação). Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso, 2002, p.6

de falecimento, denúncias de moradores e propagandas de donos de comércios com suas novidades consideradas “chiques” para os padrões da época.

Procuramos perceber também, até que ponto o jornal desempenhava funções no sentindo de articular a vida social e ao mesmo tempo determinarem aqui e ali o que poderia ser taxado como inconiventes com a moral ou com a modernidade urbana. No âmbito desta situação, as políticas públicas procuram sustentar uma noção de "ideologia da higiene"¹⁸

As experiências dos habitantes da cidade se expressam de múltiplas maneiras como resultado da união desordenada de culturas e hábitos sociais, os quais criam e recriam usos de espaços de sociabilidade peculiares. Desse modo, diríamos que em um determinado espaço existem ao mesmo tempo inúmeras formas de vivências, ligadas direta ou indiretamente aos diversos grupos sociais que as engendraram. Esses grupos sociais buscaram representar a realidade de acordo com a sua relevância particular, que de modo geral, são proposições opostas à outra e/ou se divergem.¹⁹

As maneiras de viver numa cidade podem ser concebidas como um estilo de vida urbano.²⁰ Nessa perspectiva, as questões propostas por Michel de Certeau trouxeram algumas reflexões sobre este estudo. As ponderações acerca da cidade e as vivências diárias dos moradores, que se apropriavam, moldavam e recriavam os lugares foi um caminho possível para a compreensão das extensões sociais e políticas dos discursos oficiais da prefeitura ou notificados pela imprensa. A representação de uma espacialidade homogênea; e isótropa de uma cidade com espaços eleitos pela gestão pública foi alvo de nosso estudo, pois essa cidade apareceu em difíceis e complexas formas de serem apropriadas pelos gestores públicos.²¹

Nessa perspectiva, buscou-se percorrer alguns desses tantos espaços quantas experiências espaciais distintas desses lugares²². A percepção e distinção dos lugares formados a partir da ordem, civilidade e dos espaços idealizados como encruzilhadas

¹⁸ A noção de Ideologia da Higiene será desenvolvida no decorrer deste trabalho. Ver a respeito: CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo, Cia da Letras, 1996.

¹⁹ CHARTIER, Roger. *A história cultural, entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.)

²⁰ FENELON, Déa Ribeiro (org.). *Cidades*. p. 6. Ver também BRESCIANNI, Maria Stella M. *Cultura e história: uma aproximação possível*. p. 35-53. RODRIGUES, Antonio Edmilson M. *A cidade na história*, p. 33-68. BRESCIANNI, Maria Stella M. *Op. cit.* p. 39. Ver também GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Grupiaras e monções, garimpos e cidades na história do povoamento do leste de Mato Grosso – primeira metade do século vinte*. Parte IV.

²¹ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 1. *artes de fazer*, capítulos VII, VIII e IX.

²² Idem.

para pessoas em movimento, permite fazer uma leitura das formas de apropriação que o moradores faziam desses lugares e espaços.

Este trabalho está composto de três capítulos. No primeiro, procurou-se entender a trajetória da cidade em seus aspectos gerais até a década de 1960, para justificar as diferentes intervenções e melhoramentos urbanos do século XX.

O segundo capítulo está centrado no exame dos discursos dos prefeitos municipais. Nele procura-se analisar as várias dimensões desses discursos como: as reformas urbanas, os preceitos de higiene, a localização dos espaços urbanos privilegiados por eles, as relações dos poderes instituídos. A análise das intervenções urbanísticas na cidade permitiu-nos perceber os mecanismos de controle dos poderes públicos sobre os moradores da cidade.

O terceiro capítulo propõe aprofundar alguns aspectos desse projeto de modernização e também suas contradições. A idealização de uma cidade planejada carregava consigo os símbolos da modernidade - expressa nos serviços urbanos, formas de sociabilidades - e suas contradições.

I A História da cidade e os processos de modernização

1.1 Modernidade Forjada

Podemos compreender a história de Governador Valadares sob o signo da modernização.

Entende-se, então, que a modernização está relacionada com as transformações que passam pela esfera material, ou seja, as modificações que ocorrem na infraestrutura. Assim pode-se ver que há uma estreita relação como o capitalismo, já que o desenvolvimento tecnológico e do mercado, a industrialização etc. são exemplos de modernização.²³

As reformas urbanas empreendidas em várias cidades do mundo podem ser relacionadas com a modernização, já que seu intuito é o desenvolvimento e progresso material. Desse modo, calçamento, saneamento, iluminação e embelezamento são exemplos de modernização. Sendo assim, é possível dizer que houve um projeto e de modernização da cidade de Governador Valadares a partir dos empreendimentos dos administradores públicos. Paradoxalmente, a modernização, ao tentar implementar o progresso material, pode trazer consequências negativas, como, por exemplo, a segregação socioespacial. É o caso daquele novo traçado da cidade em razão do qual, segmentos populacionais mais empobrecidos são removidos para áreas mais distantes dos centros urbanos. Em Governador Valadares, as demolições tiveram como contrapartida o deslocamento de seus moradores para locais estipulados pela prefeitura ou simplesmente removidas dos locais elegíveis, conforme se verá no decorrer deste estudo.

A história da ocupação da região tem início no século XIX mas apenas se acelera no início do século XIX, com a tomada das terras dos grupos indígenas que ocupavam a região do Leste de Minas Gerais, chamados pela denominação geral de botocudos. O embate entre o homem branco e os botocudos foi, como em todo o Brasil, marcado pela guerra de extermínio e pelo banimento de tribos indígenas inteiras, reduzidas à insignificância populacional na região. Após o extermínio dessas tribos, as terras passariam a ser exploradas pelos colonizadores, que encontraram na região de

²³JAMESON, Fredric. *Pós-modernidade: a lógica cultural do capitalismo tardio*. Tradução de Maria Elisa Cevalco. São Paulo: Ática, 1996. p. 309.

“Governador Valadares” uma vasta área de expansão para os empreendimentos extrativistas e, em seguida, agropecuários.²⁴

Em fins do século XIX e início do século XX a cidade, então conhecida como Figueira [até 1937, ano de sua emancipação], era o principal entreposto comercial da região, já que surgiu nas margens do rio Doce, que era o principal meio de ligação com como o Oceano Atlântico, no Espírito Santo. O grande impulso para o crescimento da cidade ocorreu, no entanto, com a inauguração da ferrovia *Vitória-Diamantina*, no ano de 1910, que com a descoberta das jazidas de minério de ferro na cidade de Itabira e se transformou na *Vitória-Minas*. A presença da ferrovia deu ao distrito de Figueira um papel de fundamental importância para toda a região, garantindo o desenvolvimento comercial, além de um considerável crescimento populacional relacionado à expansão econômica na região. Contudo, nas três décadas iniciais do século XX o desenvolvimento da região central do vale do rio Doce, onde se localizava a vila de Figueira, ocorreu de forma mais lenta, quando comparada às regiões de Caratinga e de Teófilo Otoni.²⁵

A demora no povoamento estava relacionada a questões de insalubridade que assolaram a região, principalmente à malária; também à ausência de atrativos de riquezas e à falta de infraestrutura para explorar os recursos existentes. Dentre muitos fatores que contribuíram para introduzir mudanças no processo de urbanização, destaca-se a decisão do governo brasileiro, em 1942, de exportar o minério de ferro de Itabira, em grande escala. Essa decisão e participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial resultaram na criação da *Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)* e na encampação da *Estrada de Ferro Vitória Minas (EFVM)*.

A ferrovia foi completamente reformada e, ao mesmo tempo, a malária foi erradicada pela ação do *Serviço Especial de Saúde Pública – SESP* instalado em 1943,²⁶ sendo que as duas ações realizadas sob a tutela e com recursos financeiros advindos do Governo dos Estados Unidos da América.²⁷ Vale destacar também que empresas pesadas tiveram suas instalações na região e com papel decisivo no desenvolvimento econômico

²⁴Para uma abordagem mais aprofundada do tema cf: ESPINDOLA, H. S. Sertão do Rio Doce, p.105-245.

²⁵SIMAN, Lana Mara de Castro. *A História como Memória: Uma Contribuição para o Ensino da História de Cidades*. (Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da UFMG com requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação). Cap.6, p.126.

²⁶ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Associação comercial de Governador Valadares*. ACGV, 1999. p.25-29.

²⁷ESPINDOLA, Haruf Salmen. *A história de uma formação socioeconômica urbana: Governador Valadares*, p.155.

e urbano da região, foi o caso da implantação das usinas siderúrgicas, tais como a *Belgo Mineira* (1935), *Acesita* (1944) e *Usiminas* (1962), bem com a abertura e posterior pavimentação da rodovia Rio - Bahia.²⁸

Esse primeiro surto de desenvolvimento econômico da cidade e da região sofreu um duro golpe devido à crise dos anos 1930, já que um dos principais produtos de exportação da região foi uma das *commodities*²⁹ mais afetadas pela baixa geral dos preços no mercado internacional. Após a queda do café, a exploração da mica serviu de um alento para a economia regional, sendo que durante a crise europeia da II Grande Guerra, Governador Valadares transformou-se num centro estratégico para o esforço de guerra, graças à exploração da mica e o beneficiamento de sua exportação.³⁰

Isso resultou em intervenções de missões dos Estados Unidos e do governo brasileiro com o intuito de sanear a região e torná-la apta para a ocupação. Esse trabalho possibilitou um grande desenvolvimento para a indústria de exploração de madeira, impulsionando o crescimento da cidade e superando os anos de crise, principalmente no imediato pós-guerra, quando a consolidação de empresas como a *Belgo-Mineira*, que serviram de estímulo para a cidade.³¹ A nova conjuntura econômica exigiu a abertura de estradas, que se tornaram essenciais para o desenvolvimento econômico citadino e regional.³² A partir da década de 1930, deram contribuição decisiva para intensificar o processo de ocupação e, ao mesmo tempo, ligou essa região nos sentidos norte-sul e leste/oeste, com os principais núcleos consumidores de Minas, Espírito Santo e Rio de Janeiro, dinamizando a economia do rio Doce.³³

²⁸COMPANHIAVALE DO RIO DOCE. *Perspectivas de Desenvolvimento Industrial da Região do Rio Doce*, v. 1, pp.57-58.

²⁹HOBSBAWM, E. *A era dos extremos. Para uma abordagem da crise política no Brasil* cf.: FAUSTO, B. *A Revolução de 1930*.

³⁰A mica é de alta resistência elétrica e quimicamente estável, usada, sobretudo na confecção de capacitores para aplicações de rádio frequência. Na Segunda Guerra Mundial, o Brasil foi o fornecedor de mica para os países aliados e Governador Valadares, em Minas Gerais, foi um dos principais centros fornecedores desse material.

³¹A Belgo-Mineira se instalou na região no ano de 1937. A companhia belga necessitava de grande quantidade de energia para manter os fornos, sendo necessária para isso uma grande quantidade de madeira. Contudo, o desenvolvimento dessa economia entrou em declínio com a devastação florestal da região. Sobre isso cf.: ESPINOLA, H. S. "Elementos biológicos no processo de configuração do território: capim colônio e latifúndio na região do Rio Doce". Mimeo, 2006.

³²COMPANHIAVALE DO RIO DOCE. *Perspectivas de Desenvolvimento Industrial da Região do Rio Doce*, v.1, p.57-58.

ESPINDOLA, HarufSalmen. *Associação Comercial de Governador Valadares*, ACGV, 1999. p.23.

³³SIMAN, Lana Mara de Castro. *A História como Memória: Uma Contribuição para o Ensino da História de Cidades*. (Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da UFMG com requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação). Cap.6, p.126.

A ferrovia, portanto, é um dado importante para a compreensão da formação da cidade de Governador Valadares. O tempo da cidade era o tempo da ferrovia, seus horários de embarque e desembarque, as safras, entressafras e outros produtos por ela transportados. A cidade se organizou ao redor da ferrovia e foi a partir dela que se desenvolveu e que sua economia ganhou destaque na região.³⁴ A presença da ferrovia é, portanto, de fundamental importância para se compreender o processo de urbanização da cidade de Governador Valadares, pois é através de seu papel econômico, social e cultural; dos embates que a população local com ela trava; e de suas transformações e mudanças de funções que a cidade acaba por se definir e dirigir o seu crescimento.

A inauguração da estação ferroviária na vila de Figueira [Governador Valadares] ocorreu em 15 de agosto de 1910,³⁵ e acabou por redefinir a própria lógica espacial da cidade, transferindo o centro dos negócios e finanças da beira do Rio Doce, na antiga Rua Direita, para a região central da cidade, nos arredores da estação. Essa mudança definiu o desenvolvimento da cidade e, os embates entre os moradores e a ferrovia por mais segurança, pela alteração do traçado dos trilhos ou por questões políticas, foram importantes para a construção de uma percepção de cidade e pela criação de uma identidade, já que a cidade de Governador Valadares acabaria por se desenvolver sob o signo da ferrovia que, no Brasil da primeira metade do século XX, era também o signo da modernidade.³⁶ Em 1915, Governador Valadares, então Figueira, ganharia um traçado central moderno, marcado pela racionalidade e regularidade das ruas e quarteirões, em formato de grelha,³⁷ de forma análoga característico das modernas cidades europeias, que tiveram um plano de tipo *haussemanniano*.³⁸

Com a devastação intensiva das matas nativas, a indústria madeireira atinge seu auge ao longo dos anos de 1940, bem como o fornecimento de lenha e carvão para a

³⁴Existem vários trabalhos que remetem à importância da ferrovia para as diversas regiões e, principalmente, para o papel delas no desenvolvimento das economias locais e regionais. Para uma abordagem sobre a importância da ferrovia na economia cf: LOVE, J. A locomotiva. Sobre a ferrovia como representação da modernidade cf: HARDMAN, F. F. Trem fantasma. Para uma abordagem acerca do papel tecnológico da ferrovia no desenvolvimento do capitalismo cf: LANDES, D. Prometeu desacorrentado. Para uma abordagem acerca das questões técnicas envolvendo a ferrovia cf: HUGUES, T. Networks of Power; Idem. American Genesis.

³⁵Sobre o tema cf.: SIMAN, Lana Mara de Castro. *A história na memória. Uma contribuição para o ensino de história de cidades*. p.35-40.

³⁶HARDMAN, F. F. *Trem fantasma. A modernidade na selva*. São Paulo: Cia. das Letras: 1991. Para uma abordagem acerca do papel tecnológico da ferrovia no desenvolvimento do capitalismo.

³⁷ESPINDOLA, Haruf Salmen. *História da Associação Comercial de Governador Valadares*, ACGV, 1999, p.25.

³⁸Sobre isso ver: DELFANTES, Charles. *Cidades e Urbanismo no Mundo*. Lisboa. Porto: ed. Dinalivro, 2004. p.226-244.

EFVM e às siderúrgicas *Belgo-Mineira* e *Acesita* (atual *Aperam*),³⁹ sendo ainda de importância na região até os anos de 1960, quando entra em crise e decadência devido a impossibilidade de exploração. No entanto, a cidade continuaria a receber um grande fluxo migratório por anos seguintes, sofrendo a inversão desse processo quando em finais da década de 1970 com o *boom* imigratório, sobretudo, para os Estados Unidos da América. Abriu-se com isso espaço para uma cultura pecuária extensiva, com baixa aplicação de capitais, que se reverteu num importante vetor para a economia da cidade, no entanto, a baixa qualidade da terra já apontava os limites desse desenvolvimento.

Depois de 1955, a exemplo do que ocorria em outros municípios mineiros, no território que abrange a microrregião de Governador Valadares, o êxodo rural cresceu a cada ano, a partir de 1955, impulsionado pela atração exercida pela cidade⁴⁰ e pela expulsão do campo⁴¹. O êxodo rural foi concomitante à redução da atividade agrícola e expansão da agropecuária. Quanto aos municípios inseridos na microrregião de Governador Valadares, se tornaram territórios voltados predominantemente para a pecuária⁴² de corte, com existência de agricultura anual, porém com 71,34% de sua produção concentrada no milho.⁴³

Inicialmente o desbravamento da região esteve ligado à utilização econômica das florestas e à atividade agrícola. Entretanto, houve o aumento da exploração pecuária e seu predomínio, inclusive em terras recém-desmatadas, sem que houvesse a anterior atividade agrícola. Isso ocorreu principalmente na parte setentrional do rio Doce, onde a maioria das terras passou diretamente do desbravamento das matas para pecuária.⁴⁴

A microrregião de Aimorés era formada no período por cerca de oito municípios, eram eles: Conselheiro Pena, Mutum, Itueta, Procrane, Aimorés, Conceição de Ipanema, Resplendor e Ipanema. Nos cinco primeiros municípios havia o predomínio da criação de gado bovino, e os outros três dedicavam-se a atividades agrícolas, com

³⁹ STRAUCH, Ney. *A Bacia do Rio Doce*. Estudo Geográfico, p.40.

⁴⁰ COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. *Perspectivas de Desenvolvimento Industrial da Região do Rio Doce*, v. 2, Anexo Nº 7 e Anexo Nº 8.

⁴¹ BORGES, Maria Eliza L. *Utopia e contra-utopia: movimentos sociais rurais em Minas gerais* (1950-1964). Belo Horizonte: UFMG, 1988. (Tese de mestrado)

⁴² Companhia Vale do Rio Doce. *Desenvolvimento Agropecuário da Região de Influência da CVRD*. Novembro de 1969. P.576-578, v. 2.

Dados fornecidos a partir de análises: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros – IBGE (1950-1958).

⁴³ Companhia Vale do Rio Doce. *Desenvolvimento Agropecuário da Região de Influência da CVRD*. Novembro de 1969. P.65-70, v.1. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros – IBGE (1950-1958).

⁴⁴ Companhia Vale do Rio Doce. *Desenvolvimento Agropecuário da Região de Influência da CVRD*. Novembro de 1969. P.97, v.1.

predomínio do café e milho. Nessa microrregião as distintas atividades agropecuárias eram praticadas praticamente simultaneamente, com as variações de predominância colocadas acima. Os dados, no entanto, deixam questionamentos que resultam da própria incipiência do trabalho, ainda inicial, indicando não ser passível fornecer uma resposta consistente. Na microrregião de Governador Valadares o índice de urbanização era de 44%, em 1955, ou seja, mais da metade da população se dedicava à atividade no campo. Sua topografia, apesar de acidentada, propiciava grandes áreas planas favoráveis à agricultura e a pecuária, no entanto, essa última representava 57,7% do valor da produção total da zona; com menor expressão a agricultura e a atividade florestal representavam respectivamente 15,02 e 6,9%.⁴⁵

A microrregião de Caratinga entre 1950 e 1955 era composta por cinco municípios (Tarumirim, Bom Jesus do Galho, Caratinga, Iapu e Inhapim), todos com suas economias ligadas à agricultura, centrada na produção de café e, com menor proporção o milho, com exceção de Tarumirim, onde predominava a pecuária bovina. A topografia dominante nessa microrregião também era acidentada, porém mais úmida e com grande área de relevo mais suave própria para a agricultura. O predomínio agrícola era acompanhado de menores taxas de urbanização (32,2%) e menor êxodo rural. Na medida em que se avança dos municípios próximos ao rio Doce para o sul aumenta a importância da agricultura, demonstrando se tratar de uma zona de transição para a pecuária de corte.⁴⁶ Os dados demográficos deixam transparecer essa situação, pelo fato desse território ser predominantemente agrário, pois aproximadamente 90% das pessoas vivem no campo e cerca de 70% não sabem ler e escrever.⁴⁷

Os dados acerca dessas três microrregiões revelam lacunas. Mas o fato é que as observações mostram, por exemplo, que comparando às outras duas microrregiões a de Governador Valadares, quase a metade das pessoas já viviam em centros urbanos, fato

⁴⁵ Companhia Vale do Rio Doce. *Desenvolvimento Agropecuário da Região de Influência da CVRD*. Novembro de 1969. P.470-495, v. 2.

Enciclopédia dos Municípios Brasileiros – IBGE (1950-1958).

⁴⁶ Companhia Vale do Rio Doce. *Desenvolvimento Agropecuário da Região de Influência da CVRD*. Novembro de 1969. P.469, v. 2.

Enciclopédia dos Municípios Brasileiros – IBGE (1950-1958).

⁴⁷ Enciclopédia dos Municípios Brasileiros – IBGE (1950-1958).

que talvez possa ser explicado pela posição territorial que ocupa a cidade de Governador Valadares, se destacando como polo econômico regional.⁴⁸

A agricultura não apresenta produção competitiva com outras regiões de Minas Gerais, apesar de predominarem em alguns municípios ou mesmo microrregião. As condições naturais pouco favoráveis levam ao desenvolvimento dessa atividade para fins de subsistência ou para sustentar a própria dinâmica de outras atividades mais rendosas, como a pecuária bovina. Apesar dos dados não serem conclusivos, pode-se dizer que a produção agrícola, até aqui analisada, tem pequena participação em relação ao total da produção das demais atividades da Zona do Rio Doce. As principais culturas são milho, o feijão e a cana-de-açúcar, representando respectivamente 6,2; 6,0 e 4,6% do valor bruto da produção da região. Quanto ao rendimento por área, de modo geral houve diminuição para todas as culturas analisadas no período de 1950/1966, exceto a cultura do feijão.⁴⁹

Mesmo com os limites apontados para a economia local, a cidade se aproveitou ora do desenvolvimento das potencialidades regionais, ora de sua posição privilegiada de entreposto comercial, graças ao crescimento da economia nacional como um todo. Isso se refletiu no próprio crescimento da população de Governador Valadares. No ano de 1930, a população da cidade era de 2.103 habitantes, na década seguinte ela atingiu 5.734 habitantes e, num grande salto, ela atinge 20.700 habitantes no ano de 1950, refletindo o *boom* da economia extrativista na região. Nas décadas seguintes o município continuou apresentando uma taxa de crescimento elevado, saltando dos 60 mil habitantes nos anos 1950 para chegar a 120 mil habitantes nos anos 1960. No entanto, a partir desse período a cidade entra num ciclo de estagnação que prejudica o seu crescimento e influencia de forma decisiva o perfil de sua economia e o seu crescimento urbano.

Uma análise retrospectiva do balanço de atividades econômicas da cidade de Governador Valadares, na transição de fins dos anos 1950 e início da década seguinte, revela um panorama desalentador, pois não havia sido criada nenhuma nova unidade industrial, ou seja, nenhuma nova fonte de emprego. No entanto, o crescimento

⁴⁸ ESPINDOLA, HarufSalmen. *Associação Comercial de Governador Valadares*, ACGV, 1999. p. 198. 23-26.

Enciclopédia dos Municípios Brasileiros – IBGE (1950-1958).

⁴⁹ Companhia Vale do Rio Doce. *Desenvolvimento Agropecuário da Região de Influência da CVRD*. Novembro de 1969. P.515, v. 2.

demográfico da cidade já havia atingido o índice equivalente ao dobro do nacional, o que contribuiu para uma pressão cada vez maior no mercado de trabalho e consumo. O problema se agravou com a paralisação das unidades siderúrgicas da cidade, que abrigavam centenas de pessoas.⁵⁰

A região iniciaria um período de estagnação e decadência, que se estenderia por décadas seguintes, ganhando maior intensidade nos anos 1980.⁵¹ Esse processo é resultado de uma série de fatores que se conjugaram ao longo das décadas. Entre os fatores passíveis de serem listados estão o caráter predatório da economia extrativista, a falta de investimentos em infraestrutura, a baixa taxa de investimento industrial e as crises que atingiram a região que prejudicaram o desenvolvimento da economia local. Essa situação acabou enquadrando a cidade de Governador Valadares em um crescente processo de migração para outras regiões do país e principalmente para os Estados Unidos, como alternativa econômica. Essa "fase" teve início a partir da década de 60 e se acentuando à medida que se agravava a crise econômica, tendo os anos 1980 como o ápice desse processo. Esse maciço processo de emigração que se inicia na década de 1960 atinge seu auge nos anos 1980 e 90, resultam numa dependência da economia local de remessas de dinheiro vindas do exterior, cuja aplicação descontínua, marcadamente em imóveis, cria alguns desequilíbrios na economia da cidade, resultando em carestia de preços de alimentos e de aluguéis, além de alterações na própria paisagem urbana.⁵²

Crescimento populacional da cidade de Governador Valadares, décadas de 1970 a 2000.

ANOS	URBANA	RURAL	TOTAL
1970	129.378	32.642	162.020
1980	177.809	18.306	196.115
1991	215.098	15.426	230.524
2000	235.881	11.016	246.897
2005(1)			257.535

Enciclopédia dos Municípios Brasileiros – IBGE (1950-1958).

⁵⁰Diário do Rio Doce (D. R. D). Domingo, 24 de janeiro de 1965.

⁵¹Ver: GUIMARÃES, Cristina Maria de Oliveira. *Entre o Progresso e a incompletude da modernidade*. (Trabalho decorrente da pesquisa “possibilidades da participação na política urbana de Governador Valadares”, realizada no âmbito do Programa Gestão do Território/NEHT/UNIVALE). p.13-14.

⁵²A respeito consultar: SIQUEIRA, Sueli. *Emigração Internacional e seus Impactos no Desenvolvimento Econômico na Microrregião de Governador Valadares*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2006.

Fonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e *Diário do Rio Doce*, Terça-feira, 30 de janeiro 1962.

O deslocamento de grupos humanos para a cidade sempre esteve relacionado às riquezas da região, a busca por condições de vida melhor e pela facilidade de adquirir propriedades e posses.⁵³ Mas o crescimento rápido foi acompanhado de grandes problemas de ordem social, tais como, expansão da periferia, problemas de abastecimento de água, falta de luz elétrica, redes de esgoto, limpeza de ruas, desemprego, habitações desordenadas entre outros.⁵⁴ Depois de duas décadas de crescimentos demográfico e econômico, a partir de 1960 a região experimentou um processo de declínio acentuado dos indicadores socioeconômicos.⁵⁵

O problema mais visível dessa situação se refletia na crise de moradia, que a rigor não foi resolvida até os dias de hoje. Essa situação foi agravada, em certo sentido, pela intervenção dos poderes públicos que dificultaram a ocupação de regiões próximas ao centro da cidade, fazendo com que a cidade se expandisse em direção aos subúrbios, seguindo, de um lado, o traçado da ferrovia e, de outro, o traçado da rodovia Rio-Bahia, dando à cidade uma ocupação descontínua, com a formação de vazios entre a região central e os subúrbios, segregando as populações de certos bairros e beneficiando a especulação imobiliária. Esses programas baseavam-se em investimentos na malha urbana, com criação de redes de transporte mais eficiência e urbanização de determinadas áreas chave para a cidade. No entanto, essas intervenções não foram suficientes para sanar os problemas que surgiram com o rápido crescimento que a cidade atingiu nas décadas anteriores. É preciso destacar que as construções que se estenderam do centro da cidade para a periferia ainda hoje servem de abrigo da classe trabalhadora em Governador Valadares e podem ser comparadas, a exemplo de São Paulo no caso dos cortiços feitos inicialmente para o trabalhador ficar mais próximo da indústria, “com o tempo passou a ser excluído e cada vez mais levado para bairros periféricos, como meio de tirar do meio da elite as ameaças de epidemias”.⁵⁶

⁵³ESPINDOLA, Haruf Salmen. *História da Associação Comercial de Governador Valadares*, p.17.

⁵⁴D.R.D. 30/07/1965.

⁵⁵ ESPINDOLA, H. S. *Práticas Econômicas e Meio Ambiente na Ocupação do Sertão do Rio Doce. Caderno de Filosofia e Ciências Humanas*, Belo Horizonte, v. 8, n. 14, p.67-75, 2000.

⁵⁶ KOWARICH, Lúcio; ANT, Clara. Cem anos de promiscuidade: o cortiço na cidade de São Paulo. In: KOWARICK, Lúcio (org.). *As lutas sociais e a cidade*. São Paulo: Passado e presente. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 79.

No território que abrange a microrregião de Governador Valadares o êxodo rural cresceu a cada ano, a partir de 1955, impulsionado pela atração exercida pela cidade ⁵⁷ e pela expulsão do campo.⁵⁸ Dada à velocidade vertiginosa com que a cidade de Governador Valadares se expandiu em todos os sentidos, a urbanização e o ideal de modernidade não vinham sendo feitos consoante ao seu ritmo. O traçado central foi preservado e o espaço reordenado, mas o rápido povoamento ao qual foi submetida ocasionou problemas no seguimento desse traçado, formando anéis irregulares no seu entorno.⁵⁹

O *Diário do Rio Doce* situa a crise que se configurou como reflexo inevitável da grave conjuntura nacional, mas também se tratou de problemas de ordem estrutural da vida econômica da cidade. Quando o Presidente da República Jânio Quadros anunciou a situação financeira da União, as consequências da reforma cambial e as medidas de contenção da alta do custo de vida e/ou inflação.⁶⁰ Desde então não foi inaugurado nenhuma nova indústria nem empreendimento. As medidas tomadas pela municipalidade eram de cunho assistencialista, apenas para minimizar o marginalismo social.⁶¹ Mesmo diante da nova ordem econômica, a urbe não perderia seu *status* polarizador, atraindo ainda milhares de pessoas, não com tanta intensidade como antes, mas em ritmo crescente, devido ao êxodo rural, um agravante no processo de crescimento populacional desordenado na cidade.⁶²

A transição das décadas de 50 a 60 do século XX coincidiu com o esgotamento das atividades extrativistas e um esvaziamento das atividades produtivas, com o fechamento de várias serrarias e indústrias de madeira e, a pecuária não era suficiente para absorver a mão de obra disponível. O êxodo rural foi inevitável, acarretando problemas para a cidade que não conseguiu ordenar o inchaço populacional. A cidade esta localizada no cruzamento de duas vias, a Rodovia Rio-Bahia e a MG-4 (futura BR-381), possibilitando a chegada de pessoas vindas de outros lugares. Só para se ter uma

⁵⁷COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. *Perspectivas de Desenvolvimento Industrial da Região do Rio Doce*, v. 2, Anexo Nº 7 e Anexo Nº 8.

⁵⁸BORGES, Maria Eliza L. *Utopia e contra utopia: movimentos sociais rurais em Minas gerais(1950-1964)*. Belo Horizonte: UFMG, 1988. (Tese de mestrado)

⁵⁹SIMAN, Lana Mara de Castro. *A História como Memória: Uma Contribuição para o Ensino da História de Cidades*. (Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da UFMG com requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação). Cap.6, p.126.

⁶⁰D.R.D. quinta-feira, 06 de abril de 1961.

⁶¹D.R.D. quinta-feira, 27 de janeiro de 1965.

⁶²A respeito de: ESPINDOLA, H. S. *Práticas Econômicas e Meio Ambiente na Ocupação do Sertão do Rio Doce. Caderno de Filosofia e Ciências Humanas*, Belo Horizonte, v. 8, n. 14, p.67-75, 2000;

ideia do crescimento da população urbana, em matéria divulgada pelo Jornal da Cidade “*Diário do Rio Doce*”:

População Urbana de Governador Valadares.⁶³

1938= 3.280

1945= 13.490

1950= 39.501

1958= 53.000

1959= 62.153

1960= 70.494

1961= 80.000

Em razão do processo vertiginoso de crescimento com que a cidade de Governador Valadares se expandiu em todos os sentidos, a urbanização e o ideal de modernidade não vinham sendo realizados consoante ao seu ritmo. Dados mais abrangentes da cidade apontados em 1959:

A situação geográfica, situação demográfica:⁶⁴

População da sede: 62.151 habitantes.

Idem do Município: 100.000 habitantes.

Situação econômica:

Indústria: 110 unidades.

Comércio: 1.280 unidades.

As dificuldades eram inúmeras: problemas de abastecimento de água, falta de luz elétrica, redes de esgoto, limpeza de ruas, desemprego e habitações desordenadas entre outros. Muitos desses superáveis apenas através de medidas mais radicais. Em detrimento a esses processos surgem novos fenômenos. Dentre eles pode-se apontar a atuação dos “grupos de pressão”, terminologia que ciências políticas definem a manifestação evidente e irrecusável dos grupos naturais, como organizações culturais e religiosas, no sentido exigir da Municipalidade um posicionamento diante da realidade local.⁶⁵ Todavia, já que não se pode acompanhar passo a passo esse desenvolvimento, já se sentia necessário um plano de urbanização e uma doutrina industrial que atendesse a nova realidade. A adoção de autênticas medidas, inegavelmente, determinou a

⁶³Governador Valadares, *Diário do Rio Doce*, terça-feira, 30 de janeiro de 1962.

⁶⁴Governador Valadares, *Diário do Rio Doce*, quinta-feira, 16 de abril de 1959.

⁶⁵D.R.D. sexta-feira, 17 de abril de 1959.

dinâmica que impôs movimentos como congresso Pro-pavimentação da Rio-Bahia e incorporação da Cia. Telefônica.⁶⁶

A crise se configura como reflexo inevitável da grave conjuntura nacional, mas também se trata de um problema de ordem estrutural da vida econômica de Governador Valadares. Essa iniciou com grande dinamismo e progresso, em seguida parou isso a cerca de dois anos, quando o Presidente da República Jânio Quadros anunciou a situação financeira da União, as consequências da reforma cambial e as medidas de contenção da alta do custo de vida e/ou inflação.⁶⁷ O crescimento econômico foi inócuo e as medidas tomadas pelo poder público são de cunho assistencialista, apenas para minimizar o marginalismo social.⁶⁸

O empresário Oswaldo Alcântara, Presidente da CODEG (Cia. de Desenvolvimento de GV) acionou um dispositivo de influencia política, afim de acelerar a implantação do Distrito Industrial, envolvendo vários deputados. A implantação do Distrito Industrial na cidade surge como medidas para promover a industrialização que se acentua durante as décadas seguintes, mas que efetivamente, não atrai grandes indústrias, ficando restritas as pequenas e médias.⁶⁹

O problema se agravou com a paralisação das unidades siderúrgicas da cidade, que abrigavam centenas de pessoas.⁷⁰ A região iniciaria um período de estagnação e decadência, que se estenderia por décadas seguintes, ganhando maior intensidade nos anos 1980.⁷¹ Essa estagnação é resultado de uma série de fatores que se conjugaram ao longo das décadas. Entre os fatores passíveis de serem listados estão o caráter predatório da economia extrativista, a falta de investimentos em infraestrutura, a baixa taxa de investimento industrial e as crises que atingiram a região que prejudicaram o desenvolvimento da economia local. Essa situação acabou enquadrando a cidade em um crescente processo de migração para outras regiões do país e principalmente para os Estados Unidos, como alternativa econômica, iniciando a partir da década de 1960 e se acentuando à medida que se agravava a crise econômica, tendo os anos 1980 como o ápice desse processo. Como no restante de Minas Gerais, no território que abrange a

⁶⁶D.R.D. quinta-feira, 30 de abril de 1959.

⁶⁷D.R.D. quinta-feira, 06 de abril de 1961.

⁶⁸D.R.D. quinta-feira, 27 de janeiro de 1965.

⁶⁹D.R.D. terça-feira, 14 de maio de 1974.

⁷⁰Diário do Rio Doce (D. R. D). Domingo, 24 de janeiro de 1965.

⁷¹Ver: GUIMARÃES, Cristina Maria de Oliveira. *Entre o Progresso e a incompletude da modernidade*. (Trabalho decorrente da pesquisa “possibilidades da participação na política urbana de Governador Valadares”, realizada no âmbito do Programa Gestão do Território/NEHT/UNIVALE), p.13-14.

microrregião de Governador Valadares o êxodo rural cresceu a cada ano, a partir de 1955, impulsionado pela atração exercida pela cidade e, ⁷² pela “expulsão” do campo. ⁷³

Em razão do acelerado processo com que a cidade de Governador Valadares se expandiu em todos os sentidos, a urbanização e o ideal de modernidade não vinham sendo feitos consoante ao seu ritmo. O traçado central foi preservado e o espaço reordenado, mas o rápido povoamento ao qual foi submetida ocasionou problemas no seguimento desse traçado, formando anéis irregulares no seu entorno. ⁷⁴

Nesse sentido, pode-se afirmar que uma das principais características das administrações da cidade de Governador Valadares, entre as décadas de 1960 e 70, era a existência de um poder público interventor, no sentido de “disciplinar” o cotidiano dos seus moradores, através de um conjunto de leis, resoluções e atos. ⁷⁵ É preciso olhar para além desses dados para compreender em que sentido eles reverberam nos projetos de urbanização e nos conflitos surgidos a partir dos mesmos.

⁷²COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. *Perspectivas de Desenvolvimento Industrial da Região do Rio Doce*, v. 2, Anexo Nº 7 e Anexo Nº 8.

⁷³BORGES, Maria Eliza L. *Utopia e contra utopia: movimentos sociais rurais em Minas gerais (1950-1964)*. Belo Horizonte: UFMG, 1988. (Tese de mestrado)

⁷⁵ DRD. Página 2 – 02/03/1963. Tema: Reforma dos códigos. Uma das maiores necessidades do município de GV é a reforma dos seus códigos tributários e de posturas. Uma comissão nomeada pelo Prefeito encarregará de remodelar os dois instrumentos de administração e cobrança de impostos, já que GV precisa adotar novos recursos legais contra sonegação e indisciplina urbana da cidade.

II- Projetos para a urbe: norma e desvios

Neste capítulo trataremos dos projetos de modernização para Governador Valadares. O capítulo abordará como os prefeitos, engenheiros, cronistas e outros atores idealizavam a cidade, analisando as informações relativas às normas e ordenação do espaço urbano.

Uma manchete, publicada em 28 de junho de 1959, chama atenção pelo anúncio: “Governador Valadares será a cidade mais importantes do interior do Brasil em 10 anos”. Após afirmar que já havia visitado cerca de 1.800 municípios brasileiros, o jornalista R. Bentes Pampolha declarou que as três cidades que mais impressionam pelo progresso eram, Governador Valadares, Maringá e São Jose dos Campos. Declarou ainda que dentro de dez anos fosse a mais importante cidade do interior do Brasil, com a implantação de indústrias pesadas que se observa em sua sede e nas redondezas, além do asfaltamento da Rio-Bahia.⁷⁶

O otimismo do valadarense em sentir-se muito próximo do progresso da região e da cidade é aflorado no imaginário dos líderes e populares reservando à cidade de Governador Valadares um importante papel na vida econômica brasileira. Porém, cabe alertar que a documentação pesquisada não permite investigar a circulação das “leituras” dos signos desenvolvimentistas entre todas as camadas que compunham a população de Governador Valadares.⁷⁷

Os leitores de jornais de Governador Valadares podiam acompanhar ao longe os “ruídos” produzidos pelas transformações tecnológicas rápidas, que lhes chegavam através de pequenas notas nos jornais. A modernização e representação em torno da urbanização e progresso inscritos em símbolos como Brasília espalhou-se euforicamente em todo Brasil. A fórmula para o desenvolvimentismo do Brasil seria o progresso urbano, que suplantaria o passado agrícola do país, concedendo aos habitantes das cidades melhoria em suas condições de vida, promovendo a felicidade, o otimismo e a espera ansiosa da chegada dos novos tempos.⁷⁸

⁷⁶D.R.D. domingo, 28 de junho de 1959.

⁷⁷D.R.D. quinta-feira, 18 de junho e 1959.

⁷⁸LOHN, Reinaldo Lindolfo. Limites da Utopia: e modernização no Brasil desenvolvimentista (Florianópolis, década de 1950) *Revista Brasileira de História*. São Paulo, V.27, n. 53, 2007, p.298.

As cidades eram alvos da política de modernização e dos créditos da União, voltados para a industrialização dos centros urbanos.⁷⁹ Em Governador Valadares, o discurso moderno do então presidente da *Associação Comercial*, Hermírio Gomes da Silva, refletia a nova mentalidade que se iniciara no período. Para ele era preciso substituir a mentalidade vigente, pois essa havia sido construída em uma época sob o princípio extrativista. O olhar moderno exigia planejar para o futuro uma cidade economicamente moderna e prospera.⁸⁰

Nesse quadro, diversos interlocutores imaginavam poder traçar nas páginas de jornal e nos discursos enaltecedores, “o futuro de Governador Valadares”, com projetos “ultramodernos”, como tornar o Rio Doce navegável até o mar, dentre outras obras e anseios.⁸¹ Um dos marcos, emblemático, da primeira proposta de reformas urbanas da década de 1960 foi a construção da Avenida Juscelino Kubistchek em finais da década de 1950.

As reformas se destinavam principalmente para as melhorias urbanas, como a pavimentação, saneamento, serviços de terraplanagem, iluminação, prolongamento e alargamento da Avenida JK, bem como a retirada de seus paralelepípedos e reutilização em ruas do centro da cidade; alguns exemplos de reformulação urbana associada ao progresso e à modernidade que se pretendia imprimir na cidade. Não sem razão, a avenida receberia o nome de um presidente da República cujo governo era caracterizado pela ideia de mudança e progresso.

⁷⁹RACHE, Athos de Lemos. *Construção ao Estudo da Economia Mineira*. Livraria José Olympio Editora, 1995, p.87.

⁸⁰ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Associação Comercial de Governador Valadares: sessenta anos de história*, p.36.



Figura 1: Sr. José Fernandes na Avenida JK, década de 50, ao fundo o viaduto da BR 116, a popular Rio-Bahia/Fonte: NEHT-Univale.



⁸¹D.R.D. maio de 1982.

Figura 2: Avenida JK, década de 1960/Fonte: NEHT-Univale.

As duas imagens apresentam a Avenida JK em dois momentos, construção e modernização, inseridas ao ideário de progresso e modernidade proferido por Juscelino Kubitschek desde a época de sua administração municipal em Belo Horizonte.

Vários prefeitos imprimem projetos de reformas urbanas⁸².

A cidade de Governador Valadares deveria ser vista como um espaço a ser reservado para a criação de cenários futuros. Para abertura da Avenida foi necessária a demolição de pequenas casas e barracos que se localizavam próximos ao bairro Vila Bretas, a fim de dar seguimento a uma saída e entrada para a cidade pelas rodovias federais 116 e 381.⁸³ Sua construção representou a marca da modernidade que se queria instaurar, forjando uma cidade futura. Seu aspecto imponente e majestoso, contudo, seria prejudicado pela aparência da maioria das residências, cortiços, casebres e lotes existentes no local, pois não correspondiam à grandeza da nova Avenida e que por sua vez, deveriam ser removidos.⁸⁴

Essa modernidade no campo do urbanismo pode ser entendida como tardia. Houve uma readaptação da modernidade anglo-europeia à realidade existente no Brasil, a partir dos aspectos culturais, estéticos, políticos, sociais etc. já que em sua primeira fase, até meados do século XX, se “limitou aos países europeus e aos Estados Unidos”.⁸⁵

Uma larga via, com linhas modernas, acrescentaria ao seu aspecto funcional e estético os canteiros centrais. Desde a gestão do Prefeito Raimundo Albergaria, em 1959, com a criação de um “Código Municipal”, um plano de metas que constavam uma série de regras, posturas e as futuras obras como: a estação rodoviária, mercado municipal, novo aeroporto, melhoramento das praças, construção e alargamento de ruas e pontes para melhorar os acessos, e ainda a construção de 300 habitações com a doação de terrenos feitos pela *Belgo Mineira*.⁸⁶

⁸²Relação dos Prefeitos de Governador Valadares:

Raimundo Soares de Albergaria Filho (período de 31/01/1959 a 31/01/1963);

Joaquim Pedro Nascimento (período de 31/01/1963 a 31/01/1967);

Hermírio Gomes da Silva (período de 31/01/1967 a 31/01/1971);

Sebastião Mendes Barros (período de 31/01/1971 a 31/01/1973);

Hermírio Gomes da Silva (período de 31/01/1973 a 31/01/1977);

Raimundo Monteiro Resende (período de 31/01/1977 a 31/01/1983);

Fonte: http://www.valadares.mg.gov.br/current/ex_prefeitos

⁸³D.R.D. sábado, 18 de abril de 1959.

⁸⁴D.R.D. terça-feira, 21 de julho de 1959.

⁸⁵ BELLUZO, Ana Maria de Moraes. *A modernidade como paradoxo, modernidade estética no Brasil*. IN: MIRANDA, W. M. [Org.]. *Narrativas da modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 39.

⁸⁶D.R.D. terça-feira, 06 de outubro de 1959.

Algumas manchetes do *Diário do Rio Doce* cogitou a presença do próprio JK para a inauguração na avenida que levaria o seu nome, no entanto isso de fato não chegou a acontecer. Contudo, a euforia com a presença do ex-presidente marcou a inauguração simbólica da avenida posteriormente.



Figura 3: JK em desfile com carro aberto, em 1960. Rua Bahia na subida do viaduto da Avenida JK, Bairro de Lourdes/Fonte: NEHT-Univale.

Com destruição dos casebres, várias famílias sem terem um destino proposto pelos órgãos públicos passaram a ocupar áreas mais altas do bairro Vila Bretas nas proximidades da avenida JK, dando início à uma formação irregular nesses morros, como denuncia o DRD. Nas décadas de 1970 e início da seguinte, a avenida passaria por ampliações e restaurações recebendo iluminação de lâmpadas de sódio, a primeira cidade do interior a adotar esse tipo de iluminação, o mais moderno sistema que se conhecia no país, o mesmo processo empregado na Pampulha em Belo Horizonte.⁸⁷ Posteriormente, seria construída uma pista para bicicletas no canteiro central da avenida, devido ao grande movimento de carros e o numero de acidentes.⁸⁸ A monumentalidade da cidade moderna, das grandes e largas vias de trânsito, aparece

⁸⁷D.R.D. 03-08-1974.

⁸⁸D.R.D. quinta-feira, 25 de 1959.

como expressões de um poder que está por toda parte e em parte alguma, constituindo sonhos e desejos da anulação das distâncias.⁸⁹

O que podemos observar é que esses projetos de modernização acompanhavam aspectos ligados às transformações das cidades desde o século XIX, atravessando o século XX. Autores como Patrick Geddes indicam que as ideias de modernidade das cidades estavam atreladas a avenidas largas, iluminação, enfim, às reformas urbanas. A administração parisiense do Prefeito Haussmann, no final do século XIX, incorporou essa tendência de reformulação urbanística a partir do planejamento racional de avenidas largas e retas, destruindo os indícios de uma cidade medieval e construindo outra nos padrões da modernidade.

Haussman, cortando novas avenidas por dentro de Paris, à custa de jardins e bairros operários, sabia muito em que estava promovendo estrategicamente o controle interno da cidade (...) a concepção dessas avenidas provocou uma admiração fora do comum, não somente em Paris e na província, mas em todo o mundo, com a sua consequente onda de imitações (...).⁹⁰

A reforma urbana das ruas e avenidas de Belo Horizonte, tornadas largas, retas e asfaltos, convergiam com o modelo da cidade moderna, abrindo caminho para automóveis, símbolo emergente da modernidade. A substituição de paralelepípedos por asfalto nas avenidas Afonso Pena, Santos Dumont e Paraná, o aterro e saneamento de córregos para construção prolongamento das avenidas Amazonas e Silviano Brandão são demonstrações que se enquadram na reforma urbana no tocante à circulação da cidade moderna⁹¹, assim como ressalta Murfond: “uma cidade moderna, tanto quanto um burgo medieval, devia ter tamanho, forma e limites definidos. Não era para continuar sendo um simples estirão de casas ao longo de uma avenida indeterminada que avance rumo ao infinito e termine de repente num brejo”.⁹²

Um programa expressivo de urbanização seria levado adiante pela Prefeitura Municipal de Governador Valadares com vistas a uma reordenação das vias da cidade. Fez parte das modificações a Rua Israel Pinheiro e a Rua São Paulo, localizadas na

⁸⁹ RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993, p.159-161.

⁹⁰ GEDES, Patrick. *Cidades em evolução*. Tradução de Maria José Castilho. Campinas: Papirus, 1994. p. 141- 142.

⁹¹ CEDRO, Marcelo de Araújo Rehfeld. *JK desperta BH (1940-1945): a capital de Minas Gerais na trilha da modernização*. São Paulo: Annablume, 2009. p. 65-68.

⁹² HALL, Peter. *Cidades do Amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos do século XX*. Tradução de Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 1995. p. 353.

região central. O alargamento dessas ruas possibilitaria um trânsito mais livre.⁹³ Trechos da Rua Marechal Floriano, entre as ruas São Paulo e D. Pedro II, onde se localiza os terrenos da antiga linha férrea pertencentes a Cia. Vale do Rio Doce, passaram ao domínio da municipalidade, possibilitando o prolongamento de avenidas.⁹⁴

O aeroporto da cidade, no bairro de Lourdes foi condenado, por existir em suas proximidades várias construções, o que não possibilitava a segurança nos pousos e decolagens. Um novo campo de pouso para os aviões estava em construção, fora do estabelecimento urbano. As obras haviam sido paralisadas desde administrações anteriores, depois de traçar os planos de metas e alguns acordos, a obra foi retomada pelo Prefeito Raimundo albergaria.⁹⁵ A fisionomia da cidade passava por lentas mudanças que alteravam seus ritmos sociais, a exemplo do centro, que desde 1915 sofria transformações para seu “aformoseamento”.

Desse modo, será possível perceber em Governador Valadares, a “heterogeneidade discursiva e a pluralidade de projetos e representações fazem o espaço urbano muito mais do que suas ruas e prédios construídos”,⁹⁶ transformando-se em lugar de disputa e conflito que envolve relações de força suscitadas por expectativas sociais. No entanto, esse espaço, por sua vez, possui um caráter definidor. Ele, em sua natureza, impõe condições para a sua apreensão, condições físicas que moldam a percepção humana apontam caminhos para a sua apreensão. Um espaço não pensado é um espaço “não existente”, portanto, todo o espaço pensado existe enquanto potência⁹⁷, enquanto possibilidade de realização.

No caso específico de Governador Valadares, a imprensa e os planos de urbanização são campos profícuos para encontrar indícios e sinais da construção imaginária de uma cidade, com suas implicações políticas e, em especial, sua dimensão utópica,⁹⁸ “compreendida aqui não como um alijamento da realidade ou mera ilusão,

⁹³D.R.D. quinta-feira, 25 de 1959.

⁹⁴D.R.D. quarta-feira, 07 de outubro de 1959.

⁹⁵D.R.D. 28 de outubro de 1959.

⁹⁶LOHN, R. L. . Limites da utopia: cidade e modernização no Brasil desenvolvimentista (Florianópolis, década de 1950). *Revista Brasileira de História* (Impresso), v. 27, p. 297-322, 2007.

⁹⁷A ideia de potência é a de que potencialmente, todos os agentes do mundo podem se realizar. Em potência, as ideias se criam sem, no entanto, terem a garantia de realização. Para mais informações sobre o tema cf.: NIEZSTCHE, Friedrich. *Além do bem e do mal: prelúdio de uma filosofia do futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 19-36.

⁹⁸CHOAY, Françoise. *A regra e o modelo: sobre a teoria da arquitetura e do urbanismo*. (Trad. Geraldo Gerson de Souza). São Paulo: Perspectiva, 1985, p.35-43.

mas como conjunto de imagens abrangentes que norteiam leituras do mundo e asseguram projetos de ação".⁹⁹

As reformas nos códigos tributários e de posturas eram vistos como uma das maiores necessidades da cidade de Governador Valadares. Uma comissão especial havia sido nomeada pelo prefeito Joaquim Pedro Nascimento¹⁰⁰, com o encargo de remodelar os dois principais instrumentos de administração e cobrança de impostos. As primeiras ações desse prefeito garantiriam a ele diversas menções elogiosas e bem sugestivas ao longo do seu mandato. "Agiu acertadamente o Prefeito, porque estávamos precisando da adoção de novos recursos legais a sonegação e indisciplina urbana da cidade".¹⁰¹

O que se pode notar é que as ações deliberadas pelo Prefeito Joaquim Pedro Nascimento estiveram em alinhamento com o que ansiavam os redatores do Jornal em suas publicações, principalmente quando comparadas a do Prefeito anterior, Raimundo Soares de Albergaria Filho.¹⁰² Grande parte dessas obras ou não saíram do papel ou se iniciaram no final do seu mandato. Basta verificar o que o jornal chamou de "balburdia financeira" devido aos 40 milhões de dívida ativa deixados pelos governos anteriores mesmo se "computando a fraqueza dos administradores passados na cobrança de tributos".¹⁰³

Um novo código de posturas vem reforçar a capacidade de urbanização, limpeza, construções e tudo o mais nesse setor que se acha desarmado. Precisamos parar de ser uma balburdia para tornar-nos uma cidade civilizada à altura do nosso renome. Se depois da reforma total dos códigos principais a desordem continuar então devemos gritar por outros meios e outras argumentações porque aí então seria a culpa do poder eleito, porque a sonegação teria seus objetivos certos. Mas, por enquanto não temos o direito de acusar as autoridades constituídas pelos desmando fiscais, se ela própria reconhece a urgência de reformulações (...)¹⁰⁴

Um novo plano de ação para o município foi elaborado, valorizando o potencial econômico da cidade e acima de tudo valorizando sua parte estética. O novo Prefeito

⁹⁹ LOHN, R. L.op. cit., p. p. 297-322. et seq.

¹⁰⁰ Período de mandato de 31/01/1963 a 31/01/1967.

Fonte: http://www.valadares.mg.gov.br/current/ex_prefeitos.

¹⁰¹ DRD. Quinta feira, 21 de fevereiro de 1963.

¹⁰² Período de mandato de 31/01/1959 a 31/01/1963.

Fonte: http://www.valadares.mg.gov.br/current/ex_prefeitos.

¹⁰³ DRD. Quinta feira, 21 de fevereiro de 1963.

¹⁰⁴ DRD. Quinta feira, 21 de fevereiro de 1963.

Joaquim P. Nascimento, de imediato, anunciou o aumento 54 mil velas, na iluminação pública, com reformas em avenidas e ruas centrais, novas lâmpadas seriam colocadas em locais mais frequentados, a fim de melhorar o aspecto urbano. A crença na possibilidade de que a racionalidade urbanística promovesse uma nova “humanização”, através de reformas mais ou menos radicais e intensas, consolidava um imaginário muito poderoso que vinha atuando na cidade de Governador Valadares.¹⁰⁵ Em 1963, a urbe toma novos aspectos ao ver concluídos vários prédios em suas ruas, bem como o aumento da extensão dos calçamentos.¹⁰⁶

A estética da cidade se torna a principal preocupação, o que se expressa em medidas como o plantio de árvores em toda sua extensão, reformas de praças e criação de jardins. A fisionomia da cidade passava por lentas mudanças que alteravam seus ritmos sociais. O centro, que desde 1915 sofria transformações para seu “aformoseamento”, foi privilegiado pela grande maioria das obras postuladas. A Praça João Paulo Pinheiro é um exemplo, pois passou por uma remodelação em sua jardinagem, bancos substituídos, tornando a praça um dos principais recantos da cidade.¹⁰⁷ A Avenida Beira Rio, considerada na época um dos mais belos logradouros da cidade, descortinando o panorama do Rio Doce, recebeu pavimentação, ajardinamento e iluminação a vapor de mercúrio, no trecho próximo a ponte que liga a urbe a Ilha dos Araújo.

¹⁰⁵D.R.D. quinta-feira, 21 de fevereiro de 1963.

¹⁰⁶D.R.D. quinta-feira, 17 de abril de 1963.

¹⁰⁷D.R.D. domingo, 11 de outubro de 1964.

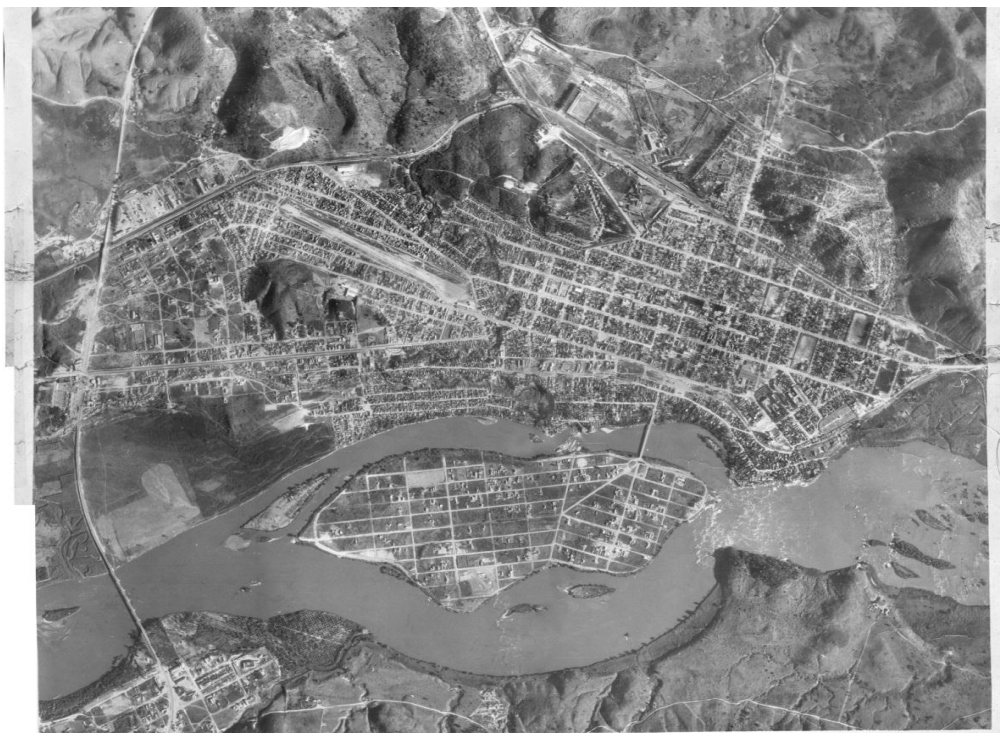


Figura 4: Bairro de Lourdes e antigo campo de aviação à esquerda, Ilha dos Araújo já de ocupação, ainda que houvesse lotes vagos, e Rio Doce abaixo, em 1962/ Fonte: Departamento de Informática/SEPLAN – Prefeitura Municipal de Governador Valadares.

Um dos problemas que a cidade de Governador Valadares passou a enfrentar foi o aumento do número de veículos trafegando nas ruas, consequentemente a falta de estacionamentos no centro da cidade. O problema seria resolvido pela criação de parquímetros, outro projeto que não saiu do papel. Para piorar a situação e por questões de estética, o Prefeito Raimundo Resende, proibiu o estacionamento na faixa central da Avenida Minas Gerais.¹⁰⁸ As décadas de 1970 e 80 continuariam a cuidar da "maquiagem urbana". É nesse período em que se acentua a pavimentação das ruas da cidade, bem como a desapropriação de casas irregulares no centro e em alguns bairros periféricos.¹⁰⁹

Os resultados que vinham sendo obtidos pela “Campanha de Embelezamento” da cidade através da construção de passeios públicos agradavam a municipalidade que não permitia ainda a existência de loteamentos sem a prévia regularização. No entendimento do Prefeito Rezende, a cidade comportava uma população de 500 mil habitantes, sem necessidade de sua extensão para áreas distantes, bastava apenas

¹⁰⁸D.R.D. Quarta-feira, 27-07-1977.

¹⁰⁹D.R.D. Sexta-feira, 23/05/1980.

ordenar o espaço em expansão,¹¹⁰ semelhante ao ocorrido na *Barcelona de Cerdá*,¹¹¹ salvo s peculiaridades de cada cidade.

No entanto, surgem habitações que não possuíam o mínimo de infraestrutura urbana sem que providências fossem tomadas, como é o caso do Bairro Santo Antônio.¹¹² Grande parte dos bairros não possuía água, rede esgoto ou mesmo luz elétrica, como o São Pedro, São Geraldo, Lourdes etc. O Bairro Vila Bretas, nascido de uma fazenda e tendo crescido sem qualquer observância de urbanismo, era caracterizado no jornal pelas suas ruas confusas.¹¹³

Várias obras foram iniciadas no intuito de minimizar os problemas dos bairros da cidade, principalmente no que tange aos acessos, dando prioridade para as vias de penetração, em traçado de avenida – o *boulevard*.¹¹⁴

O Prefeito Hermírio Gomes da Silva está por escolher um tipo de pavimentação econômica para melhorar as condições viáveis da cidade, de acordo com o poder da população menos favorecida. Informou o Prefeito que as vias de penetração dos bairros, especialmente aqueles que têm linhas de ônibus, estão entre suas prioridades. O Prefeito pretende ainda, assim que terminar as obras de esgoto sanitário na Vila Bretas, interligar os bairros da cidade com largas avenidas com no mínimo duas vias em cada sentido, como o Lourdes com vias pavimentadas, servindo o MIT, Igreja São José, GOT, ETEIT, e outras entidades existentes no local.¹¹⁵

Quando foi instalado o sistema de iluminação pública nos bairros, essa tecnologia já estava bastante defasada, com exceção das áreas elegíveis como a Praça Serra Lima, no centro da cidade, e a Avenida JK, dentre outras.¹¹⁶ O Sistema era de pouca eficácia devido ao baixo grau de luminosidade. Ao envidarem todos os esforços para prover a cidade de luz elétrica e os repetidos insucessos, os administradores utilizavam expressões como:

¹¹⁰ D.R.D. quinta-feira, 04 de maio de 1967.

¹¹¹ Ver: LAMAS, Jose M. Garcia. *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. Porto: ed. Dinalivro, 2004, p.214.

¹¹² D.R.D. quinta-feira, 08 de junho de 1967.

¹¹³ D.R.D. segunda-feira, 24 de julho de 1967.

¹¹⁴ BERMAN, Marshall. *Tudo que é solido desmancha no ar*. A aventura da modernidade. São Paulo: Cia. das Letras, 1995, p.65-89.

¹¹⁵ D.R.D. Quinta-feira, 26 de julho de 1973.

¹¹⁶ DRD. Quinta-feira, 21 de fevereiro de 1963. Tema: Mais 54 mil Velas Para as Ruas. A iluminação pública da cidade será aumentada em 45 mil velas, com reformas na avenida e ruas centrais continuando o que iniciara o então Prefeito Selene Hilel. Em sua gestão transitória; mensagens transmitidas pelo próprio Prefeito Joaquim P. Nascimento. Disse ainda que serão colocadas gambiarras e novas lâmpadas nos locais mais frequentados, a fim de melhorar o aspecto Urbano.

Com os poucos recursos de nossa receita orçamentária, seria até irrisório o pensar-se em dotar a nossa urbes de uma moderna instalação elétrica; ou, ...a que temos [a iluminação pública], somente por uma figura de retorica é que recebe tão pomposa denominação.¹¹⁷

Este quadro, ao mesmo tempo desanimador e irônico, denota a importância da reforma para a cidade, no sentido de converter o território urbano em ambiente civilizado. Cabe aqui mencionar que embora o primeiro surto de ocupação do então distrito de Figueira do Rio Doce (futura Governador Valadares em 1938) tenha ocorrido por volta de 1910 e alavancado crescimento econômico nos anos de 1940 e 1950, somente nas décadas de 1960-70 houve uma discussão maior sobre essas reformas.

2.1 Sonhos e desilusões

Além das questões ligadas às reformas das avenidas e melhoramento da infraestrutura, outras questões se colocavam no imaginário de uma cidade moderna. Para os administradores públicos de Governador Valadares do período, o rio emerge sempre ligado à sua importância econômica, isto é, como meio de transporte, que deveria ligar esta cidade com o mar no Espírito Santo, levando e transportando mercadorias e pessoas. A continuidade do fluxo comercial interessava particularmente aos grupos econômicos que monopolizavam as atividades comerciais e, por isso, esse antigo sonho de tornar o Rio Doce navegável era uma preocupação constante.

Ainda nos domínios de Governador Valadares, margeando o Rio Doce, existiam grandes propriedades como fazendas, produtora de extrato de carne e outros derivados da criação de gado bovino como couros, ossos, chifres e crinas, para exportação. Outra unidade representativa era a Açucareira (CARDO) COMPANHIA AÇUCAREIRA DO RIO DOCE, produtora de açúcar em grande escala, para abastecer o comércio local e estadual.

Além dessas propriedades e das Casas Comerciais ligadas à exportação e importação, a mais importante justificativa para tal construção girava em torno da

¹¹⁷ Câmara Municipal de Governador Valadares. Processo N. 196/65. 08/09/65. CEDAC. Pasta 1902 Série 1 – Infraestrutura urbana. Subsérie 1 – Reformas. (Iluminação da Av. Brasil e limpeza das bocas de lobo da Cidade).

possível escoação de produtos ligados a Usiminas em Ipatinga e minérios de ferro vindos de Itabira. Os redatores dos jornais e os administradores públicos viam na navegação os anseios de progresso nos negócios regional. Nesse sentido, tornar o Rio Doce navegável, tornava-se o elemento central nos discursos dos políticos locais e dos setores ligados às atividades comerciais de exportação e importação.¹¹⁸

Essa questão faz parte da história da cidade de períodos anteriores, um antigo sonho que tem início por volta de 1800 e que atravessa o século XIX, sendo os primeiros debates e tentativas para efetiva navegação do Rio Doce, visto que já naquela época se pensava nas vantagens econômicas, redução no preço dos fretes e diminuição do tempo de transporte até o mar no Espírito Santo. O interesse em tornar o Rio Doce navegável era principalmente do governo do Estado de Minas, visto que, concluíam-se que “as exportações e importações de Minas poderiam ser conduzidas pelo canal do rio Doce, trazendo de aumentar a renda do Estado e dinamizar a economia mineira”.¹¹⁹

No *Diário do Rio Doce*, ano de 1959, uma notícia chamou atenção destacando que o engenheiro da Companhia Vale do Rio Doce Sr. Gunter Lay avaliava a possibilidade da realização da obra faraônica que estava em debate no Senado e de grande relevância para o município e região como um projeto ousado e possível de ser executado.¹²⁰

Porém, os sonhos de uma obra de tal magnitude coincidiram com um período de crise econômica nacional e uma valorização do transporte terrestre onde o sonho de navegabilidade mostrava os primeiros sinais de decadência. No entanto, os debates acerca do tema ou a crise financeira não serviram para apagar o antigo sonho provocado pela possibilidade cada vez mais real de navegabilidade do Rio, sob o título “Obra que exige patriotismo” uma manchete do *Diário do Rio Doce* ressalta:

A navegabilidade do Rio Doce ganha força com a Sociedade dos Amigos do Rio Doce, ao qual são atribuídos a grandiosidade e viabilidade do monumental plano, que consiste em uma espécie de canal que ligará o Vale ao Mar. A entidade recebe a sigla SARD. Uma das providências mais transcendentais tomadas pela diretoria da SARD foi a recém fundação de sua diretoria regional sediada em GV. Onde cabem a eles

¹¹⁸ D.R.D. Sábado, 13 de agosto de 1960. Tema: Solução inevitável. Resumo: Técnicos avaliam novamente o Rio Doce e dão certeza da viabilidade de torna-lo navegável. Tendo em Vista a grandiosidade dessa obra que irá escoar a extração de minério de ferro do quadrilátero ferrífero. Os gastos da obra sanados em 10 anos pelos recursos arrecadados no próprio canal.

¹¹⁹ ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce*. Bauru/SP: EDUSC, 2005, pg. 314.

¹²⁰ DRD, 5 de Junho de 1959.

não só as atribuições políticas, econômicas e intelectuais, mas de cobrar junto aos órgãos políticos a execução da maior obra do país.¹²¹

Apesar do ímpeto jornalístico ou mesmo político acerca do tema da navegabilidade do Rio Doce, vários entraves impediram o avanço do antigo sonho que foi se apagando a medida que outras prioridades ou interesses de maior grandeza foram surgindo posteriormente, tornando inviável a realização de uma construção dessa proporção.

2.2 Reformas morais

As renovações das regras de conduta fizeram parte de um conjunto de ações no intuito de normatizar a vida urbana. No Brasil, os discursos referentes à higiene datam da segunda metade do dezenove, coincidindo com a modernização do país, isto é, com a organização do trabalho livre, crescimento industrial e urbanização. Esta nova configuração teve como consequência o aumento muito rápido da população, especialmente na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império, para onde afluíam migrantes nacionais e estrangeiros em busca de novas oportunidades.¹²²

De volta a Governador Valadares, seus habitantes conviviam com uma ameaça constante de doenças contagiosas e a malária.¹²³ A preocupação com o seu controle e porque não dizer erradicação, obrigava o município a tomar uma série de medidas para este fim. A instalação de cordões sanitários em torno da cidade e a criação do Sistema Especial de Saúde Pública (SESP) em 1942, apesar do caráter emergencial do primeiro, demonstram esta preocupação.¹²⁴

O panorama econômico regional contribuiu para agravar a situação, principalmente nos períodos de crise que abalou a cidade no começo da década de 1960, quando o estado de bem estar das famílias pobres chegavam a limites extremos. Um memorando chama a atenção com o título:

¹²¹ DRD. Sábado, 02 de abril de 1960.

¹²² CHALLOUB, Sidney. *Op. cit.*, p. 34.

¹²³ SILVEIRA, Anny Jackeline. *A influenza espanhola e a cidade planejada: Belo Horizonte 1918*. Niterói: UFF-Programa de pós-Graduação em História, 2004. (tese de doutorado. Mimeo).

¹²⁴ SALMENT, Haruf; ABREU, Jean Luiz N. (Orgs) *Território, sociedade e modernidade* Governador Valadares: Ed. Univale, 2010.396 p. Disponível em: http://www.univale.br/central_arquivos/arquivos/territoriosociedademodernizacao_eletronico.pdf

Os moradores da Rua Muriaé (bairro de Lourdes) reclamam contra os esgotos a flor da terra, ali existentes, em consequências de “lavanderias” improvisadas e depósitos de detritos nas laterais daquela artéria. Em se tratando de irregularidade contra a saúde pública e estética urbana, os moradores exigem providência.¹²⁵

Outro problema que afetava a vida dos moradores dizia respeito aos animais soltos pelas ruas de Governador Valadares, principalmente nos bairros. Grande parte das ruas dos bairros próximos ao centro não possuíam calçamentos o lixo das ruas se misturavam à sujeira produzida pelos animais, como cavalos porcos e galinhas. As autoridades buscavam formas de coibir estas práticas, através de normas que terminavam no esquecimento.¹²⁶

O abastecimento de água ou sua falta foi destaque no DRD. A alerta foi para a utilização de água sem o devido tratamento, que seria imprópria para o consumo humano e talvez causador de muitos dos problemas de saúde registrados na cidade. Mesmo que a prefeitura procurasse ampliar o fornecimento de água tratada, os que ainda não tinham esse acesso faziam uso de poços caseiros para o abastecimento familiar ou recorriam ao Rio Doce e o Córrego Figueirinha, o que ficou claro nos artigos que não eram confiáveis para o consumo humano já que além do esgoto, lixo e animais mortos eram jogados no rio.¹²⁷

A remoção de lixo em Governador Valadares apresentava muitas deficiências.¹²⁸ Uma matéria do *Diário do Rio Doce* destacava “a atenção pelo fato do nome “esgoto” atribuída ao bairro, fazendo valer o nome que recebe no seu sentido literal”.¹²⁹ Outra manchete se refere a “calamidade” ao falar dos bairros de GV que cresceram e ainda crescem sem infraestrutura e a presença administrativa dos governantes, e destacam o

¹²⁵ DRD. Data:17/05/1961. A Saúde Pública.

¹²⁶ Câmara Municipal de Governador Valadares. Requerimento nº 64/58 Data 05/12/1958. Cópia. CEDAC. Pasta 917 Cx. 28. Proc. 210/58 Série I: Trânsito - Subsérie XII –CEDAC. (Solicitação de vereador sobre a proibição de transporte de animais soltos nas ruas da cidade).

¹²⁷ DRD. Quarta, 25 de novembro de 1965.

¹²⁸ Câmara Municipal de Governador Valadares. Processo N. 48/60. 12/01/1960. CEDAC. Pasta 1371. Série 1 – Infraestrutura Urbana. Subsérie 8/Reivindicação. (pela fiscalização e policiamento sanitário).

¹²⁹ DRD. Domingo, 21 de junho de 1959.

imenso acúmulo de lixo em bairros como o São Geraldo, as margens do Córrego Figueirinha.¹³⁰

Os idealizados projetos de modernização da cidade aumentavam ainda mais o controle sobre as camadas menos favorecidas da sociedade por meio, principalmente, das políticas sanitárias. Os planos de transformações urbanísticas tentavam conter alguns males inerentes ao processo de modernização, tais como as moradias insalubres, as construções que evitavam a livre circulação, a perambulação de vadios e de mendigos. Tentando curar o patológico centro urbano, os administradores da cidade moderna esboçaram uma autoritária política de higienização, embelezamento e racionalização dos lugares. Tais aspectos podem ser relacionados com o que Sidney Chalhoub chamou de “ideologia da higiene”, caracterizada pela associação classes pobres/classes perigosas, definida e veiculada por políticos e administradores num contexto marcado pelos conflitos, lutas e tensões produzidos no quadro das transformações nas relações de trabalho e que estaria intimamente vinculada à qualificação das habitações populares como espaços de periculosidade, alvos, portanto, de uma ação repressiva.¹³¹

Esses Aspectos como esse podem ser observados em outras cidades brasileiras como São José dos Campos. Conforme analisa Valéria Zanetti,

O poder público, atrelado à medicina, mesclava o saber analisador e poder fiscalizador para intervir sobre o espaço social de modo a destruir ou transformar tudo o que, no meio urbano, é considerado “causa de doença”. Uma vez detectadas as grandes “chagas” que atormentavam o espaço moderno, as discussões no âmbito da política deixavam claro que a educação higiênica era uma das soluções para a cura e profilaxia do organismo social e que a estrutura urbana, da forma como estava configurada, favorecia a disseminação. De acordo com essas recomendações, não adiantava retirar o pobre do centro e deslocá-lo para a periferia, sem que tratasse de melhorar o nível de vida da população, que estimulasse a educação sanitária ou que desse condições para uma profilaxia adequada. A desorganização urbano-social, um dos grandes males da modernidade, era percebida como a grande causadora de doenças e, portanto, devia ser combatida.¹³²

¹³⁰ DRD. Domingo, 05 de julho de 1959. Tema: Na rua do lixo é proibido jogar lixo.

¹³¹ CHALHOUB, Sidney. *A cidade febril, cortiços e epidemias na corte imperial*, p. 29-35.

¹³² Ver a dissertação no link: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp062412.pdf>

Nesta época, a saúde ou a falta dela, estampada na aparência do indivíduo, estigmatizava o corpo. Com esse intuito, foram criadas Posturas Municipais e normas de comportamento urbanas para disciplinar as populações crescentes e que transitavam por espaços eleitos pela municipalidade. Tudo, em prol do que consideravam o bem estar de todos.¹³³

A municipalidade era, portanto, salvaguardada pelo saber científico. Essa parceria amparou a administração local que se via na incumbência de utilizar meios que possibilitassem um controle sobre as pessoas ou consequentemente sobre os espaços que transitavam. Acudida pelo discurso, ora dos médicos, ora dos engenheiros, a administração municipal se sentiu respaldada para organizar os espaços, fiscalizar as pessoas e construir a norma familiar.

Maria Stella M. Bresciani, tratando da difícil realidade dos bairros operários de Londres no século XIX, retratou, por meio de depoimentos literários, o inquietante movimento das multidões nas ruas destas grandes cidades e o “espanto, indignação, fascínio, medo” que essas populações causavam. A autora narrou alguns momentos dessa cena:

milhares de pessoas deslocando-se para o desempenho do ato cotidiano da vida na grandes cidades compõem um espetáculo que, na época, incitou ao fascínio e ao terror. Gestos automáticos e reações instintivas em obediência a um poder invisível modelam o fervilhante desfile de homens e mulheres e conferem à paisagem urbana uma imagem frequentemente associada à ideias de caos, de turbilhão, de ondas, metáforas inspiradas nas forças incontrolláveis para além de sua forma exterior .¹³⁴

Na incursão que Bresciani faz das múltiplas imagens da sociedade elaboradas pelos homens do século XIX, um fato chamou a atenção: o espanto, indignação, medo e a geral preocupação ante a pobreza que a multidão nas ruas revelava de maneira insofismável. Reações que apontaram para estratégias de controle dessa presença desconcertante.¹³⁵

Em território brasileiro, o Estado, assessorado às determinações da saúde pública, que associava a doença à condição pouco higiênica das classes populares,

¹³³ ZANETTI, Valéria. *Cidade e identidade: São José dos Campos, do peito e dos ares*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2012. Capítulo I: Cidade, doença e modernização. P.29-46.

¹³⁴ Bresciani, 2004, p. 9.

voltava seu olhar para o pobre, considerado o principal vetor das doenças infectocontagiosas. Não só por carregar consigo enfermidades, mas pela ausência de cuidados e, principalmente, por não ser inserido na orla do trabalho. Capaz de disseminar a doença pelas precárias condições de vida e higiene, os pobres tidos como enfermos tornaram-se perigosos para a “sociedade saudável”. Essa associação trouxe à tona a diferenciação e o repúdio social deste segmento.¹³⁶

As descobertas médicas e o pensamento ligado ao engenheiro como idealizadores de um projeto urbano moderno vinham de encontro às necessidades da administração pública. Os idealizados projetos de modernização das cidades aumentavam ainda mais o controle do Estado sobre as camadas menos favorecidas da sociedade por meio, principalmente, das políticas de intervenção ligadas ao saber mais técnico dos engenheiros.¹³⁷ Os planos de transformação urbanística tentavam conter alguns males inerentes ao processo de modernização, tais como as moradias insalubres, as construções que evitavam a livre circulação do ar, a perambulação de vadios e de mendigos. Tentando curar patológico centro urbano, os administradores da cidade moderna esboçaram uma autoridade política de higienização, embelezamento e racionalização dos lugares.

A cidade do Rio de Janeiro, dentro desses aspectos, tornava-se um modelo de cidade moderna para o Brasil, assim como a cidade de São Paulo e no contexto das décadas que se seguiram os anos de 1960, a cidade de Brasília como uma referência. Nacional. A modernização da estrutura urbana de São Paulo, por exemplo, executada pelo Prefeito Antônio Prado, objetivava efetuar o embelezamento e racionalização da cidade que foi transformada no principal centro articulador técnico, financeiro e mercantil do café. Os espaços públicos da metrópole do café foram modificados para se inserirem num contexto de funcionalidade relacionado com o modo de produção vigente. Suas transformações denunciam as classes que foram privilegiadas pelas

¹³⁵ Idem, Ibidem.

¹³⁶ Em condições capitalistas, a medicina individualista do passado cedeu lugar às dimensões coletivas da atividade médica. O corpo, agora socializado enquanto força de produção, força de trabalho, fez com que o Estado adotasse procedimentos para melhor assegurar seu funcionamento. O Estado se apropriou da saúde para dominar os corpos. A condição da população que viria a se tornar força ativa da produção preocupava o Estado. Zelando pela saúde e bem-estar físico da população, cuidava-se para manter reservas imperativas do trabalho, criando maneiras de elevar o nível de saúde do corpo em seu conjunto FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 6ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 196.

¹³⁷ GONÇALVES, Helen. *A tuberculose ao longe dos tempos. História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Vol. 7, n.2. Rio de Janeiro, jul/oct. 2000.

mudanças, esboçando uma clara diferenciação social e uma evidente segregação urbana, como enfatiza Raquel Rolnik:

explosão demográfica do período, fruto principalmente da imigração estrangeira, por si só explica a transformação da cidade: mais do que crescer e aumentar a complexidade de sua administração, São Paulo se redefiniu territorialmente. A emergência da segregação como elemento estruturador da cidade foi uma das principais mudanças que ocorreram no período. A partir daí, a segregação urbana seria determinante para a fixação de valores no mercado imobiliário e para a expressão política da disputa do espaço pelos grupos sociais.¹³⁸

O espaço público paulista – agora clareado de gás pela recém-instalada iluminação urbana, redesenhado com uma regularidade das fachadas e transformado em espaço de circulação exclusiva – foi redimensionado pela sociedade do café. Conforme observou Rolnik, “trata-se, porém, de um novo espaço público, limpo, exclusivo e onde impera a respeitabilidade burguesa. A partir deste momento seria uma das metas essenciais da política urbanística expressa na legislação”.¹³⁹

Dessa forma, diversas eram as medidas e reformas que tinham como foco a higiene e a cidade. Em Governador Valadares, desde as primeiras décadas do século XX todas as possibilidades de entrada de doenças contagiosas na cidade deixavam os moradores do município à mercê da própria sorte. A ausência de meios profiláticos eficientes, somados à falta crônica de médicos e de outros profissionais da saúde, tornava o combate às epidemias uma tarefa muito difícil. Esse panorama só começa a mudar com a atuação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) a partir de 1942 no combate às endemias e impondo novas condutas de higiene profiláticas. No entanto, as péssimas condições de vida da maioria dos moradores do município, em um grande território, dificultavam ainda mais o diagnóstico e o socorro, pelas autoridades públicas e sanitárias.¹⁴⁰ Diante desse fato, a cada ameaça de um novo surto epidêmico ou violência urbana, um rastro de morte atingia homens e mulheres que, viviam na sede ou

¹³⁸ ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei*. Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel, 1997. p. 28. .

¹³⁹ ROLNIK, Idem. 1997, p. 34

¹⁴⁰ VILARINO, Maria Terezinha Bretas. Entre lagoas e florestas: atuação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) no saneamento do Médio Rio Doce: 1942-1960. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2008, p. 33-76.

em distritos, sejam elas vítimas acometidas por doenças, atos de violência, acidentes ou resultado do expressivo volume populacional volume.¹⁴¹

Em Governador Valadares percebemos um processo que pode ser aproximado ao de São José dos Campos:

Colocada em prática, a política de limpeza social das ruas preservava-se a saúde do espaço, protegia-se o mundo do trabalho e assegurava-se a manutenção da ordem social. Na carona da manutenção da saúde do trabalhador moderno e do próprio sistema gerado, o espaço foi tratado e os moradores insalubres expulsos. Tentando controlar a dinâmica do novo espaço que vai se configurando nas cidades, várias foram as propostas de intervenção escolhidas e executadas pela iniciativa privada e pelos poderes públicos.¹⁴²

O discurso da medicina, mais especificamente o da higiene da saúde pública, se concretizou como saberes urbanos típicos que discursaram sobre o corpo da cidade desde o século XI. Conforme observou Giuliano Della Pergola, as cidades modernas.

foram construídas tendo como base os paradigmas estéticos. Tinha-se a impressão de que a beleza da cidade, obrigatoriamente, tinha de passar também para seus habitantes. Os habitantes de uma cidade bonita não poderiam ser senão bonitos eles mesmos.¹⁴³

Não podemos esquecer que as intervenções urbanas estiveram ligadas ao processo de industrialização e à existência de uma economia forte de mercado. Os estudos geralmente revelam mudanças significativas ocorridas nos grandes centros urbanos, que dinamizaram setores ligados aos serviços, à produção e à circulação de mercadorias, estimulando, por sua vez, um considerável crescimento populacional. O mesmo processo percebido pelos estudiosos ao tratarem as cidades portuárias e os grandes centros urbanos.¹⁴⁴

¹⁴¹DRD. Sexta-feira, 19 de junho de 1959. Tema: Necessário o necrotério. Cobram posição do Governo Municipal acerca dos corpos que ficam expostos em frente a “casa dos pobres de D.Zumira”, na maioria das vezes envolvidos em acidentes ou assassinatos, e que ficam a espera do enterro ou identificação.

¹⁴² ZANETTI, Valéria. *Cidade e identidade: São José dos Campos, do peito e dos ares*. São Paulo: Annablume, 2012. p. 43.

¹⁴³ DELLA PERGOLA, Giuliano. *Viver a cidade: orientações sobre problemas urbanos*. São Paulo: Paulinas, 2000, p. 83.

¹⁴⁴ FOLLIS, Fransérgio. *Modernização urbana na Belle Époque paulista*. São Paulo: Unesp, 2004., 27.

É considerável a produção historiográfica acerca do remodelamento ocorrido nas grandes metrópoles brasileiras no início do século. Por outro lado, a produção acadêmica pouco se deteve sobre o mesmo contexto das cidades situadas fora do eixo de circulação e da produção, como o caso da cidade de Governador Valadares, localizada no Leste de Minas Gerais. Como pensar o mesmo contexto tendo como foco história das cidades periféricas e/ou do interior, pequenos núcleos distantes dos centros dinâmicos de produção?

Antes, porém, de iniciarmos a nossa discussão, tornam-se necessários alguns esclarecimentos. Têm-se como objetivo de estudo as representações sociais em torno da cidade de Governador Valadares. Nas primeiras décadas de meados do século XX, a cidade foi uma protagonista no processo de crescimento regional com destaque nacional e, se constituiu no alvo preferencial das idealizações e ações que tentavam atualizá-la tanto do ponto de vista funcional como estético. Embora muitos desses planos permanecessem no papel, neste momento se constituíram as bases, no campo das ideias, para as transformações que viriam.

Justamente em função desse pressuposto, delimitamos nosso período de análise às décadas de 60 e 70 do século XX quando se delineavam projetos de uma sociedade moderna idealizada na mentalidade da população. No imaginário coletivo, a cidade era definida tal como deveria existir.¹⁴⁵ O interesse de estudar a cidade também do ponto de vista da sua construção imaginária nos possibilita identificar as representações do espaço urbano real ou desejado. Não entendemos representações apenas como puro reflexo do substrato econômico e social. Trata-se de uma complexa elaboração simbólica, onde urbanismo e arquitetura também podem ser pensados como parte de uma História da Cultura, entre o material e o simbólico.

Os idealizados projetos de modernização das cidades aumentavam ainda mais o controle do Estado sobre as camadas menos favorecidas da sociedade por meio, principalmente, das políticas sanitárias. Os planos de transformações urbanísticas tentavam conter alguns males inerentes ao processo de modernização, tais como as moradias insalubres, as construções que evitavam a livre circulação, a perambulação de vadios e de mendigos. Tentando curar o patológico centro urbano, os administradores da cidade moderna esboçaram uma autoritária política de higienização, embelezamento

¹⁴⁵ ROCAYOLO, Marcel C. Cidade. “*Os espelhos da cidade: um debate sobre o discurso dos antigos geógrafos*” in Bernard Lepetit. *Por uma História Urbana*. São Paulo: Edusp, 2001, p. 268-269.

e racionalização dos lugares. O caso da Praça Serra Lima, por exemplo, foi abordado em diversos contextos que de acordo com as manchetes “parece teimar em conservar a calamidade bem no seio da nossa progressista cidade. E o problema parece ficar a cada dia mais grave”, pois o progresso que nasce em redor da simpática praça, torna mais patente o seu contraste com a verdadeira mentalidade da população valadarense.¹⁴⁶ Em Governador Valadares observamos que os projetos da cidade incorporavam o discurso das condições impostas pela racionalidade do espaço moderno, inspiradas em intervenções e embelezamentos como a arborização de cidades como Belo Horizonte:

A arborização das cidades é um acontecimento técnico, político e social. É técnico porque exige para sua realização vários conhecimentos técnicos, científicos e pessoal especializado para sua execução. É político, pois, da sua execução depende uma boa “dose” de política e de políticos (...) A arborização trará para uma cidade não apenas embelezamento mas, conforto, bem estar ao seus habitantes e inúmeros outros benefícios

A sombra deve ser contínua, não ser total, isto é, “meio sombra”. Ser produzida por arvores de por médio, de folhagem fina, sem raízes laterais, de galhada horizontal, crescimento rápido e perfeita adaptação ao clima e condições do solo (...) Um exemplo marcante observamos nas fotografias aéreas da Av. Afonso Pena em Belo Horizonte onde existe uma fila dupla de fícus completando perfeitamente um túnel arbóreo. Na Av. Minas Gerais, em Governador Valadares está em pleno andamento a formação de um idêntico túnel, porém em uma única fila central. Para cada rua, dependendo da sua insolação deverá escolher um tipo de árvore com características diferentes.¹⁴⁷

A intervenção municipal impunha um limite de ação que não permitia contemplar outros lugares, mais especificamente, aqueles localizados na periferia do núcleo urbano em formação.

O poder público, atrelado ao saber científico, mesclava o saber analisador e poder fiscalizador para intervir sobre o espaço social de modo a destruir ou transformar tudo o que, no meio urbano, é considerado “causa de doença”. Uma vez detectadas as grandes “chagas” que atormentavam o espaço moderno, as discussões no âmbito da política deixavam claro que a educação higiênica era uma das soluções para a cura e profilaxia do organismo social e que a estrutura urbana, da forma como estava

¹⁴⁶ DRD. Governador Valadares, terça feira 26 de julho de 1960.

¹⁴⁷ DRD. Governador Valadares. Artigo do Engenheiro Murilo Mendes. 16 de outubro de 1959.

configurada, favorecia a disseminação¹⁴⁸ De acordo com essas recomendações, não adiantava retirar o pobre do centro e desloca-lo para a periferia, sem que tratasse de melhorar o nível de vida da população, que estimulasse a educação sanitária ou que desse condições para uma profilaxia adequada. A desorganização urbano-social, um dos grandes males da modernidade, era percebida como a grande causadora de doenças e, portanto, devia ser combatida. “O fato acontece na Avenida JK, próximo ao viaduto na Rio-Bahia, no início da cidade, barracos de madeira, instalados inicialmente, para o comércio de frutas, hoje já servem de moradias. Meios de higiene e de urbanização não existem em grau mínimo”.¹⁴⁹

O bem estar ou sua ausência, na fisionomia das pessoas determinava o que ele era. O aspecto aparentando magreza ou palidez poderia revelava a condição de vida do indivíduo, quase sempre ligados às pessoas doentes. Essas ideias corroboravam para que políticas públicas de saúde e higiene fossem adotadas pelo poder público em seus projetos de controle do espaço citadino.¹⁵⁰ Com esse intuito, foram criadas Posturas Municipais e normas de comportamento urbanas para disciplinar as populações crescentes e que transitavam por espaços eleitos pela municipalidade. Tudo, em prol do que consideravam o bem estar de todos.

No final da década de 1950, a cidade de Gov. Valadares era considerada o símbolo da modernidade e crescimento. Pelo menos é o que noticiava o otimismo estampado na manchete “Futuro maravilhoso para Gov. Valadares”. O otimismo do valadarense em sentirem-se muito próximos do progresso da região e da cidade de GV, sendo reservado um importante papel na vida econômica brasileira. De acordo com a matéria, a navegabilidade do Rio Doce não seria só um assunto de jornal, pois já havia alcançado os poderes da República. O Governador de Minas, Bias Fortes, em visita à região anunciou a construção da Rodovia que ligaria GV a Ipatinga e por sua vez BH, e ainda ao Espírito Santo, o que ocasionaria o escoamento da produção de café e demais produtos.¹⁵¹

Ao longo dos anos 1950 e 1960, a cidade passaria por vários projetos que almejavam sua transformação, a exemplo do que ocorria em outras cidades brasileiras.

¹⁴⁸ ZANETTI, Valéria. *Cidade e identidade: São José dos Campos, do peito e dos ares*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2012. p.36.

¹⁴⁹ DRD. Governador Valadares, terça feira, 25 de outubro de 1966.

¹⁵⁰ Zanetti, Valéria. , op. Cit., p.36.

¹⁵¹ DRD, Quinta-feira, 18 de junho de 1959.

O que se percebe é que quase sempre os projetos visavam uma melhoria estética da cidade.

Nesse sentido, a Administração do prefeito Ermírio Gomes, entre 1967 e 1971, foi caracterizada por inúmeras intervenções no cenário urbano. A imagem estampada pelo jornal era de uma transformação contínua do espaço, com homens e tratores trabalhando no alargamento de avenidas, construção de pontes, ampliação da iluminação pública, dentre outras obras que assinalavam o progresso. Dentre essas estava o asfaltamento das ruas do centro.

A esse respeito, uma matéria do D.R.D informava o início do asfaltamento da Rua Pedro II, constituindo, segundo o texto, a primeira arrancada desse melhoramento que a Prefeitura Municipal executa em diversos pontos da cidade. “O acontecimento reveste-se de especial significado, por que coloca GV na era do asfaltamento da sua zona urbana, nivelando-se às grande cidades do país.”¹⁵²

A cidade buscava uma conexão com centros urbana maiores, no que diz respeito às suas construções públicas. O projeto de construção do Mercado Municipal, de autoria do engenheiro e arquiteto Mardônio Santos Guimarães, autor do projeto da Rodoviária da capital mineira Belo Horizonte, é um bom exemplo. O projeto do professor da Escola de Arquitetura da UFMG, Mardônio Santos Guimarães, foi executado nos cânones mais modernos da arquitetura e obedecendo a uma programação exigida pelo Serviço de Obras da Prefeitura local, que prevenia os planos de expansão da cidade.

Foi a seguinte sua distribuição no terreno:

área de construções vendáveis – 4.242,77 m²; Galpão para feirantes com 100 bancas de concreto – 680,75 m²; área para ampliação do galpão de feirantes – 680,75; área de estacionamento de veículos – 996 m²; canteiros e ajardinamento – 220, 25 m²; passeios externos 1.772,60 m²; ruas pavimentadas para circulação interna – 2.982,98 m².

¹⁵³

A área vendável, dividida em setores, incluía ainda zonas para açougues, frigoríficos, peixarias, aviários, secos e molhados, e uma galeria nobre destinada a magazines para roupas, calçados, artigos domésticos, barbearia, bar e o restaurante para 100 lugares.

¹⁵² DRD. Segunda-feira, 1 de julho de 1970.

¹⁵³ DRD. Domingo, 14 de junho de 1959.

O Diário estampou em sua capa no dia 20 de junho de 1959, em letras garrafais, **FEIRANTES NÃO QUEREM MERCADO EM CONDOMINIO**, foi impetrado mandato de segurança contra a remoção dos feirantes para o início da execução das obras, criou-se uma comissão para buscar apoio junto ao prefeito. Segundo Jornal, o projeto para a construção do novo mercado tramitava na câmara em quanto os “barraqueiros” estavam reunidos arregimentar forças em defesa de seus direitos, e organizarem uma reação contra os responsáveis pela concretização do plano de edificação do novo conjunto de lojas.

Um dos líderes do movimento afirmou que os barraqueiros queriam um mercado igual ao de Teófilo Otoni. Segundo ele:

“lá pagam-se mil cruzeiros de aluguel para as lojas, não queremos condomínios com lojas de 200 a 300 mil cruzeiros. Esperamos que o mercado seja construído conforme prometeu o prefeito. As lojas nos seriam alugadas depois. Queremos apenas defender os nossos direitos”. No entanto, os líderes do movimento são a favor da construção do novo mercado, mas não do plano para sua execução. Outro ponto, que desagradou os barraqueiros seriam as taxas anuais consideradas exorbitantes. Por fim, uma comissão composta por quatro representantes que reivindicam junto ao Prefeito um plano que os atendam melhor ou que pelo menos não recaiam sobre eles pesados encargos.¹⁵⁴

Toda a infraestrutura que se procurava fomentar, resultante de sua condição de cidade polo, como telefone, luz elétrica, ruas largas acenava positivamente aos contemporâneos para considerar Valadares moderna. Somava-se a esse aporte a presença do elemento estrangeiro. O protótipo de progresso dos administradores era a sociedade europeia, não apenas pelo seu caráter econômico – desenvolvimento industrial e tecnológico – mas também os valores e os hábitos, os “estilos” da cultura europeia.¹⁵⁵

Mas para além desse ideário de modernização, cabe analisar mais detidamente seus significados. Para tanto, no próximo capítulo procuramos abordar alguns símbolos das transformações da cidade de Governador Valadares que podem ser vistas como expressão de sua modernidade e, igualmente, das contradições que esse processo guardava.

III- As múltiplas faces da cidade

¹⁵⁴ DRD. Sábado, 20 de junho de 1959.

3.1 Os anúncios: Mensageiros do progresso

Uma das grandes contribuições da imprensa para o estudo das cidades é a capacidade de articulação que esta tem com as experiências dos diferentes atores sociais que no dia a dia caminham pelos infinitos espaços que a compõem.

Nas diferentes seções publicadas pelo Jornal *Diário do Rio Doce* destaca-se um variado conjunto de relatos sobre a vida da cidade, a partir dos quais, podemos perceber os seus sentidos e as suas trajetórias. Sendo assim, neste capítulo, proponho desenvolver um estudo sobre a cidade de Governador Valadares, a partir do principal periódico que começou a ser publicado em 1958, ainda hoje em circulação.

O surgimento da imprensa em Governador Valadares tem início nas primeiras décadas do século XX. Os folhetos que circulavam na cidade compreendiam desde folhetinhos paroquiais semanários, a periódicos como o jornal *O Combate* e *A Voz do Rio Doce*. Não existe nenhum estudo sobre a imprensa em Governador Valadares, mas apesar desta constatação, o papel representado por ela, ao longo da história da cidade, foi um dos mais importantes, principalmente do ponto de vista do registro da memória.¹⁵⁶

A imprensa periódica se tornou um meio de criação de uma cultura política, da difusão de um “sistema de modelos” que pode alcançar estratos mais amplos da sociedade¹⁵⁷. Podemos conceber a imprensa como um registro de memórias de um tempo, as quais, apresentando visões diferentes de um mesmo evento, que servem como fundamentos para pensar e repensar a História, quando desponta como agente histórico que intervém nos processos e episódios, e não mais como um simples ingrediente do acontecimento.¹⁵⁸ Ter um periódico nas mãos significava agora estabelecer uma forma de propagar notícias e, principalmente, ideias, se tornando uma arma poderosa no combate aos adversários políticos ou ainda de protestos contra os governos vigentes, como é caso do Jornal “Pau-a-Pau” que agitou o meio estudantil valadarense. Era um Jornal local mimeografado, de origem clandestina e que defendia diversas posições

¹⁵⁵ DRD. Governador Valadares, terça-feira, 12 de maio de 1959. Ideologia adequada ao nosso desenvolvimento.

¹⁵⁶ Fonte: Arquivos do Núcleo de Estudos Históricos e territoriais (NETH) Jornal Voz do Rio Doce.

¹⁵⁷ História e imprensa: representações culturais e práticas de poder/Lúcia Maria Bastos P. Neves, Marco Morel, Tania Maria Bessone da C. Ferreira (Organizadores). – Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006. p.37.

¹⁵⁸ História e imprensa: representações culturais e práticas de poder/Lúcia Maria Bastos P. Neves, Marco Morel, Tania Maria Bessone da C. Ferreira (Organizadores). – Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006. p.10.

contrárias à política governamental como a liberdade de expressão, contra o AI-5 e principalmente críticas à direção do MIT (Instituto de Tecnologia de Governador Valadares) por seus métodos, sua qualidade de ensino, bem como o sistema de crédito educativo. O “Pau-a-Pau” circulou maciçamente entre os estudantes do MIT e em outros pontos da cidade, fazendo com que logo as autoridades de segurança se movimentassem no sentido de descobrir seus editores.¹⁵⁹ A notícia correu no *Diário do Rio Doce* não com imparcialidade, visto que o cronista deixa subtendido certo repúdio ao que no Jornal qualificou como “clandestinos arruaceiros”. Nessa perspectiva, podemos compreender ainda que por mais que a palavra escrita “afirme se imparcial, revela e expõe, permanentemente, conflitos e tensões”.¹⁶⁰

Como já mencionado, dentre os periódicos que circularam na cidade de Governador Valadares ao longo do século XX, um dos que tiveram vida mais longa foi o jornal *Diário do Rio Doce*, fundado em 1958, para ser o divulgador de propostas políticas locais, notícias nacionais e internacionais. Geralmente as questões sobre cidades apareciam como manchete em primeira página, em colunas de página inteira ou em notas menores, que por sua vez, envolviam os mais diversos temas sobre a cidade.

Os artigos e suas narrativas geralmente eram associados a grupos políticos ou a pessoas ligadas a ele. Estes escreviam com eloquência, buscando quase sempre incluir justificativas científicas ou comparações com grandes cidades, e às vezes recorriam a autores de renome nacional e internacional para ilustrar as suas colunas. É importante chamar a atenção para os usos destes tipos de linguagens ou estratégias de escrita que criam um efeito hierarquizante no espaço da palavra escrita dando a ela um conjunto de habilidades e atitudes que quase sempre fala em nome de todos. As diferenças políticas, bem como os variados discursos emitidos por elas não desqualifica ou invalida o papel do Jornal. Os artigos não fixavam suas atenções apenas em problemas vinculados às questões político partidárias, mas assumia a tarefa de formador de opinião, de integração social e divulgação das notícias importantes que ocorriam não apenas na cidade, no Estado e no país, mas fora dele também. Pode-se ressaltar ainda que a

¹⁵⁹ DRD. Governador Valadares, Sexta Feita 03/06/1977.

¹⁶⁰ Santos, Regma Maria dos. *Memórias de um plumitivo: impressões cotidianas e história nas crônicas de Lycidio Paes*. Uberlândia: Aspectus, 2005. p. 165.

imprensa cumpriu uma função privilegiada ao adentrar em espaços e lugares políticos e culturais da cidade.¹⁶¹

No contexto de Governador Valadares não era diferente. O jornal possuía colunas reservadas somente às notícias do Brasil e do exterior. No entanto, os espaços reservados aos problemas da cidade ganhavam especial destaque, que não se distinguiam, na maioria das vezes de questões de cunho político. Normalmente eram notícias curtas, referentes aos mais diversos assuntos locais, informando os leitores sobre os acontecimentos passados ou o que deveriam ocorrer como prognóstico. Além disso, destacava-se especialmente às diversas medidas dos administradores públicos que em grande medida estaria sobre o julgo do editorial, as críticas ou poderiam ser direcionadas ao prefeito pelo editor ou pela população do bairro ao prefeito, mas demonstrando posição de aproximação com o interesse comum da população.

Numa leitura mais abrangente do Jornal, quando da alternância de representantes no poder executivo ou mesmo no legislativo, ficava evidente a empatia em relação ao novo prefeito no decorrer de seu mandato, em clara demonstração a quem politicamente quem dirigia o Jornal tinha maior apreço. Seguindo essa perspectiva, acerca do teor das publicações, como já ponderamos mediatizadas por interesses de grupos políticos, representam e por vezes se confundem com os interesses de organização da cidade. Assim, um grande volume de matérias era veiculado diariamente nas páginas do DRD em Governador Valadares, tendo como pano de fundo a “orientação” de seus leitores para compartilharem ideias e atitudes de uma “sociedade civilizada”. É provável que as manchetes do DRD não fossem destinadas apenas a um grupo seletivo de pessoas, visto que o jornal apresentava seus trabalhos de campo buscando uma aproximação com a sociedade carente de bairros. Ao exporem os problemas dos bairros aos jornalistas, por exemplo, criava-se um laço entre o jornal e os populares, uma relação que beneficiava o jornal e direcionava o posicionamento político do cidadão, que ora poderia ser elogiosa, mas quase sempre se atrelava às duras críticas aos opositores políticos do grupo que dirigia o Jornal diário.

Em outra linha, podemos levar em consideração que o Jornal ganhava grande adesão em suas informações mesmo para os analfabetos, moradores de bairros periféricos e desprovidos de recursos para sua aquisição, levando em conta que sua

¹⁶¹ BALCÃO, Lier Ferreira. *A cidade das reclamações: moradores e experiência urbana na imprensa paulista (1900-1913)*, p. 226.

influência se dava para além da fidelidade de leitores, como os proprietários de comércio, visto que esses faziam seus anúncios e construíam redes de informações a partir da transmissão das notícias boca a boca, para os considerados iletrados. A cultura ocidental, de modo geral, pode ser vista como a cultura do impresso, incluindo até mesmo aqueles sem acesso à leitura. Através da capacidade de estar em muitos lugares ao mesmo tempo em que o material impresso possui, podemos constatar diversas formas de mediação que se estabelecem, como as diferentes maneiras de leitura que podem seguir sua forma direta e, em grande parte, indireta, pelas quais determinadas notícias eram lidas, concebidas e reapropriadas pelos moradores.¹⁶²

Vemos então, uma cidade sendo proposta e ao mesmo tempo moldada pelos articulistas do Jornal, emergindo, ainda que de forma ideal, sob os moldes de quem a descreve ou a se julga representa-la. A variação de escala em que as informações circulam inserem-nas em diversos graus de poder, revelando os mais variados grupos de interesses. Como extensão da utilização da propaganda no mercado das relações de comércio definiu-se um caráter cada vez maior de importância para a imprensa, estabelecendo diretrizes para uma sociedade de consumo. Conforme chama atenção Heloísa de Faria Cruz, através dos anúncios, os estabelecimentos comerciais, de modo geral, se vinculavam de certo modo ao Jornal, contribuindo para sua manutenção, definindo novas práticas e cunhando uma peculiar forma de linguagem tipicamente comercial.¹⁶³

E o que dizer de “A Elétrica” com seus serviços técnicos de refrigeração, reformas e pinturas de geladeiras, consertos de rádios e assessórios em geral, na rua Marechal Floriano no centro da cidade.¹⁶⁴ A propaganda sobre o Hotel Alvear localizado no centro de São Paulo prometia em anúncio ser a mais nova tendência em hotelaria na capital paulista já que além de oferecer restaurante, possuía rádios em todos os quartos. O laboratório Pasteur é outro exemplo, sob a direção e execuções dos exames pelo Dr. José Raimundo de Minanda, localizado na Rua Barbara Heliodora no

¹⁶² CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e história: Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit*, p. 35.

¹⁶³ CRUZ, Heloísa de Faria. *São Paulo em papel e tinta, periodismo e via urbana 1890-1915*, p. 151 *Op. cit.*, p. 151.

¹⁶⁴ DRD. Governador Valadares, 18 de maio de 1961.

centro da cidade, os exames eram “de fezes, urina, sangue (especialmente mielograma), tubagens, teste precoce de gravidez e bacteriologia”.¹⁶⁵

LABORATÓRIO PASTEUR – Análises e pesquisas clínicas: direção e execução dos exames por Dr. José Raimundo de Miranda CRMMG 1621 – Rua Bárbara Heliodora, 408 – 1º andar – telefones: 2065 e 672 – Horário: das 7 às 17 horas. Exame de fezes, urina, sangue (antibiograma e vacinas autógenas, testes alérgicos e preparo de vacinas nas dessensibilizantes respectivas). Para qualquer outro exame consulten-
nos.

É possível perceber através desses anúncios as principais novidades que buscavam atrair os clientes ou ainda perceber alterações tecnológicas no contexto estudado. Visto isso, as conhecidas como casas comerciais, elas eram responsáveis pelo abastecimento de mercadorias na cidade. Normalmente vendiam os mais diversos tipos de produtos, apesar de se perceber o aumento de estabelecimentos que vinham se especializando na oferta produtos cada vez mais exclusivos e específicos. Quanto aos anúncios de circulação nacional, os remédios eram um dos poucos, no gênero de propaganda, que se publicavam nos periódicos que circulavam na cidade de Governador Valadares. A divulgação maciça de remédios nas páginas do *Diário do Rio Doce* não era uma exceção, pelo contrário, isso já vinha ocorrendo também em outras cidades brasileiras desde as primeiras décadas do século XX. A explicação para esse fenômeno foi à rápida urbanização que ocorreu no Brasil no início do século XX, com a vinda para as cidades de pessoas das zonas rurais, rompendo assim com a estrutura familiar tradicional e com a cadeia de transmissão de conhecimentos a respeito de ervas e plantas medicinais.¹⁶⁶ Contudo, uma ênfase muito grande, em relação aos anúncios, era dada aos produtos importados. Em outras palavras, Governador Valadares se tornara uma cidade importadora de produtos industrializados, não só de bens duráveis, mas de consumo, na relação de troca que se estabeleceu, como fornecedora de produtos extrativistas.

¹⁶⁵ LABORATÓRIO PASTEUR – Análises e pesquisas clínicas: direção e execução dos exames por Dr. José Raimundo de Miranda CRMMG 1621 – Rua Bárbara Heliodora, 408 – 1º andar – telefones: 2065 e 672 – Horário: das 7 às 17 horas. Exame de fezes, urina, sangue (antibiograma e vacinas autógenas, testes alérgicos e preparo de vacinas nas dessensibilizantes respectivas). Para qualquer outro exame consulten-
nos. DRD. Governador Valadares, 02 de março de 1963.

¹⁶⁶ SEVCENKO, Nicolau. Op. cit., p. 553.

A despeito dos juízos de valores proferidos nas manchetes, também buscavam intervir na moralidade, ditando o modo de vida das pessoas. Os cronistas faziam uso de várias concepções próprias para o contexto, como higiene, moral, civilidade no intuito de comover a opinião pública, sobretudo, os leitores para se apoderarem de uma “verdade” que deveria ser comungada por todos.¹⁶⁷ Para além desses aspectos, a utilização do conceito de representação proposto por Chartier se opõe a uma divisão entre realidade e representação. Conforme afirma, nenhum texto, mesmo o mais objetivo, mantém uma relação transparente com a realidade que ele apreende. “A relação do texto com o real constrói-se de acordo com modelos discursivos próprios a cada situação de escritura”.¹⁶⁸

O pequeno comércio era bastante diversificado. Na metade da década 1960, havia, além das casas comerciais, padarias, açougues e um grande número de bares (casas de gêneros alimentícios e bebidas).

Na “cidade grande” Os bares e mercearias desempenhavam de início, a função de espaços de socialização, principalmente para o comércio da cachaça produzida nas localidades vizinhas à cidade de Governador Valadares. Por essa razão, esses tipos de estabelecimentos comerciais eram amplamente visitados, especialmente as pessoas das classes menos abastadas, como os trabalhadores pobres urbanos e funcionários de fazendas, que buscavam as compras no comércio urbano na cidade ou por vezes apenasse divertirem. Como afirma Daisy de Camargo em, “Alegrias engarrafadas”,¹⁶⁹ “eram espaços de sociabilidade onde se reiteravam hábitos e experimentavam-se novos sabores. Esconderijo para beber, jogar conversa fora, pedir dinheiro emprestado, se inteirar de trabalhos de expediente e principalmente dos últimos fuxicos”.¹⁷⁰

Os anúncios publicados no *Diário do Rio Doce* não se restringiam apenas ao oferecimento de produtos. Os serviços também faziam parte das propagandas que, ao serem noticiados, compunham um quadro sobre as mais diversas atividades existentes

¹⁶⁷ DRD. Governador Valadares, 08-08-65 núm. 2078. pág. 5.

¹⁶⁸ CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. – Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.P.36.

¹⁶⁹ A autora faz uma interessante reconstituição da boemia paulistana entre os anos de 1860 e 1920. Inspirado pelo trabalho do pensador alemão Walter Benjamin (1892-1940), que avaliou os gostos e costumes da Paris da Belle Époque, a autora retrata como eram as tabernas da época e como se comportavam os seus frequentadores, reconstituindo, assim, as relações sociais e pessoais que permeavam o consumo de álcool na São Paulo daquela época. Também faz um minucioso mapeamento da produção e do consumo de bebidas alcoólicas na cidade durante o período.

na cidade. A diversidade de profissões denota as formas de sobrevivência de uma pequena parte dos seus habitantes. Fazendo uma leitura geral da documentação analisada pode-se perceber o papel desempenhado pelo farmacêutico, no atendimento aos doentes, pois a presença de médicos em Valadares, naquele período, era bastante precária. Já as atividades de ofícios profissionais como barbeiros, sapateiros, médicos, advogados, encanador, pedreiro, eletricista, bombeiro mecânico e carpinteiro eram muito solicitados.

3.2 Outras faces da "Princesa"

A despeito do progresso divulgado nas colunas e anúncios, o Jornal também colocava em cena os principais problemas da cidade. Em artigo o Jornal destacou os problemas engendrados a partir do crescimento rápido e desordenados, ainda aos vinte e cinco anos de existência com uma população urbana composta de aproximadamente 100.000 habitantes e um título honorífico de “Princesa do Vale”, atestado de sua grandeza na região. “Governador Valadares a cidade que mais cresce em Minas enfrenta hoje sem grandes esperanças de solução, graves problemas de ordem social”.¹⁷¹ Geograficamente bem situada, ansiosa de mais e mais progressos a cidade via dia após dia avolumarem-se os seus problemas, tais como: favelas, insalubridade, alcoolismo, criminalidade, falta de assistência social e muitos outros.

Dentre os problemas mais comuns destacados pelo *Diário do Rio Doce* estavam os relacionados à própria precariedade das obras públicas. No periódico eram publicados abaixo assinados dos moradores, reclamando das péssimas condições em que determinados bairros se encontravam. Em 1960, os moradores do bairro Vila Bretas, reclamaram às autoridades municipais acerca dos estragos causados pelas chuvas, pois as manilhas que faziam o escoamento para o Figueirinha foram levadas pelas chuvas e as casas estavam na iminência de ruírem, e podendo vir a causar

¹⁷⁰CAMARGO, Daisy de. *Alegrias engarrafadas: os álcoois e a embriaguez na cidade de São Paulo no final do século XIX e começo do XX* / Daisy de Camargo. Assis, 2010. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, 2010, p.47.

¹⁷¹ DRD. Estudo-reportagem de Inimá Rodrigues e Gilberto Pereira do Vale. Governador Valadares, 31 de Julho de 1965.

prejuízos tanto para moradores quanto para a Prefeitura, já que as casas foram edificadas com plantas aprovadas oficialmente.¹⁷²

Um memorando de 17 maio de 1961 expunha a petição dos moradores da rua Muriaé (bairro de Lourdes) que reclamam contra os esgotos a flor da terra, ali existentes, em consequências de “lavanderias” improvisadas e depósitos de detritos nas laterais daquela artéria. Em se tratando de irregularidade contra a saúde pública e estética urbana, os moradores exigiam providência.¹⁷³ No dia seguinte o jornal publicava outra solicitação, a dos moradores das ruas Tiradentes e outras próximas à Catedral de Santo Antônio, os quais denunciavam que o trecho da rua Arthur Bernardes entre Tiradentes e Israel Pinheiro estava completamente as escuras. A comunidade solicita providências.¹⁷⁴

Exemplos como esse demonstram que o jornal não foi somente um veículo de propaganda política e de propaganda das elites valadarenses, pois era apropriado pela população dos bairros que se mobilizava em torno de interesses comuns.

Em outras ocasiões, o periódico também indicava tensões entre grupos locais, questionando as promessas de reformas de administradores que nunca eram realizadas:

Revelamos algo que deixava uma esperança de que GV seria dotada de Rádio Patrulha, como foi notificado a construção do Fórum, do Palácio Municipal, do Mercado, da Estação Rodoviária, da nova agência de correios e telégrafos, sempre baseados em promessas, em projetos que depois se tornaram em simples motivos de publicidade esporádica e eventual dos poderes públicos.¹⁷⁵

As contradições das cidades eram igualmente expostas em outro texto, onde se chamava atenção para a segregação das pessoas e as péssimas condições de higiene no final da Avenida Minas Gerais, na qual de um lado ficava o monumento de comemoração dos 20 anos da cidade e de outro o bairro Nossa Senhora das Graças, onde as crianças estavam entre a sujeira, lama e urina.¹⁷⁶

O texto descortinava uma realidade comum a várias cidades brasileiras, o das condições precárias de moradia da população de algumas localidades. O problema das

¹⁷² DRD. Governador Valadares, 05 de janeiro 1960.

¹⁷³ DRD. Governador Valadares, 17 de maio de 1961.

¹⁷⁴ DRD. Governador Valadares, 18 de maio de 1961.

¹⁷⁵ DRD. Governador Valadares, 24 de fevereiro de 1960.

favelas em Governador Valadares não foge a sua conceituação corrente. Entendidas como “áreas naturais”, as favelas funcionariam, para os redatores do Jornal, como centro de atração de um tipo específico de população marginalizada após a seleção social dos centros urbanos. Uma seleção social de critérios econômicos e culturais definiriam as populações faveladas como compostas de indivíduos de poder aquisitivo mínimo, iletrados, sem qualificação profissional, vivendo à margem de uma sociedade que os agrupa em aglomerações socialmente homogêneas. Ainda os critérios da seleção social seriam compostos por problemas que derivam desta aglutinação de elementos marginalizados: o desemprego, o índice de criminalidade, a prostituição, enfim, as questões agudas da higiene física e daquilo que o Jornal chama de “patologia social”.¹⁷⁷

Não fosse suficiente a própria questão da existência das favelas em Governador Valadares, a sua expansão e proliferação tornam mais aguda e problemática a erradicação, pois, se expande no sentido de atender ao crescimento vegetativo de sua própria população e aos novos elementos que, atraídos pela cidade em busca de progresso contínuo, não encontram as condições para uma adaptação exigida socialmente. Aí então, a favela funciona como centro de “estágio”, para uma adaptação social, que dadas às condições predominantes, se transforma em desajuste com agrave da situação.

De acordo com o DRD, verificou-se que Governador Valadares é das cidades brasileiras a que maior índice de crescimento demográfico apresentou. Nesse sentido, a pressão demográfica sobre as insuficientes disponibilidades habitacionais resultou na proliferação e expansão da favela. O fato de a cidade ser entroncamento rodoviário e também eixo de movimentos migratórios recebendo incessantemente uma população instável e desprovida de quaisquer recursos que, se estabeleceriam na favela, de maneira provisória ou definitiva, agravaria o problema.

A incessante valorização dos imóveis na cidade não permite nem mesmo à população operária das indústrias locais a aquisição de terrenos e construção de casa própria. Observa-se, pois, que o deslocamento das residências da classe média para a periferia, em busca de preços mais baixos, provocou por sua vez a valorização desses terrenos. Assim, restariam aos desprovidos de capital os recursos da favela. A insuficiência dos transportes urbanos, a generalização da mendicância, consequência de

¹⁷⁶ DRD. Governador Valadares, 02 de abril de 1960.

¹⁷⁷ DRD. Governador Valadares, 31 de Julho de 1965.

um mercado de trabalho apático (região de pastoreio e mineração) deu origem a favelas em pleno centro da cidade.

Neste sentido, o jornal alertava em uma matéria:

FAVELA CRESCE RÁPIDO. Morro do Santo Antônio que forma bairro do mesmo nome, é mais uma favela que surge rapidamente na cidade. Cerca de 1500 pessoas vivem lá sem as mínimas condições, sem água, luz ou qualquer espécie de higiene. Com todo esse amontoado de crimes contra a consciência do povo, que compra lotes, para construir sua casa¹⁷⁸.

O déficit habitacional e uma visão realmente mais objetiva sobre as favelas em Governador Valadares é assim apresentada: “Favela da ponte”, com 132 barracos, entrecortados por bueiros que desaguam no rio. Todos são irre recuperáveis. “Favela São Tarcísio”: localizado no bairro do mesmo nome, na zona central da cidade. Compõem-se de 155 barracos. “Favela Santa Terezinha”: localizada sob a ponte dos Araújo à margem esquerda do Rio Doce. Compõem-se de no bairro do mesmo nome, à margem esquerda do Rio Doce. Ocupa uma extensão de 600 metros. São 200 barracos num bairro de 881 habitantes. “Favela São Geraldo”: localizada no bairro São Geraldo, à margem do Córrego Figueirinha. Possui 200 barracos num total de 646 habitações. “Favela no bairro Nossa Senhora da Graças: situada no término das ruas Caratinga e Guanhães, alto de morro. Constituída por 255 barracos num bairro de 820 habitações. “Favela da Pedreira”: no Morro do Carapina, descendo até as margens do leito ferroviário da EFVM. Visível em toda sua extensão, do centro da cidade. São 380 barracos num bairro de 640 habitações. “Favela Santa Efigênia”: localizada no bairro do mesmo nome nas duas encostas dos morros que ladeiam o Córrego do Esgoto. Possui 855 barracos num total de 1070 habitações. Valadares, portanto, conta hoje com sete favelas, nas atuais vivem 12.250 habitantes. O “déficit” habitacional é da ordem de 3.120.¹⁷⁹

Para patrulhar a amplidão dos limites da cidade e localidades aos arredores, se possuía um contingente militar reduzido sediado em Governador Valadares, sempre que possível eram referidas as necessidades de novos policiais para compor o efetivo da

¹⁷⁸ DRD. Quinta feira, 8 de junho de 1967.

¹⁷⁹ DRD. Governador Valadares, 31 de Julho de 1965.

polícia. Durante esse período, é possível localizar marcas deixadas pela violência. No entanto, pode-se constatar o bom relacionamento, devido aos interesses mútuos entre comerciantes e fazendeiros. Apesar disso, esses mesmos espaços de bons relacionamentos sociais conviviam com as mais variadas transgressões, principalmente contravenções. Também merece destaque as concepções baseadas em ideias preconcebidas em relação ao indivíduo de fora da cidade, associados às doenças, crimes e que lentamente se criou um rótulo acerca das pessoas que viviam em áreas periféricas ou transitavam por determinados espaços na região central. De outra forma, esses elementos sociais ao serem expostos nos artigos do Jornal e nos documentos oficiais, formulam uma “representação” da cidade associada ao espaço urbano.

O mapa abaixo representa o traçado original da cidade de Governador Valadares e suas linhas retas e quarteirões retangulares. É ilustrativo ao Fornecer informações acerca da distribuição e/ou localização, sobretudo, das casas das classes pobres e operárias que cercam por todos os lados as áreas das casas da classe média alta, além das áreas periféricas em constante expansão anéis irregulares. É possível analisar também os principais pontos de referencia da cidade como a praça Serra Lima bem no coração da cidade, o Rio Doce na parte baixa do mapa, a Estação ferroviária acima, o Morro do Carapina na parte direita ao alto do mapa.

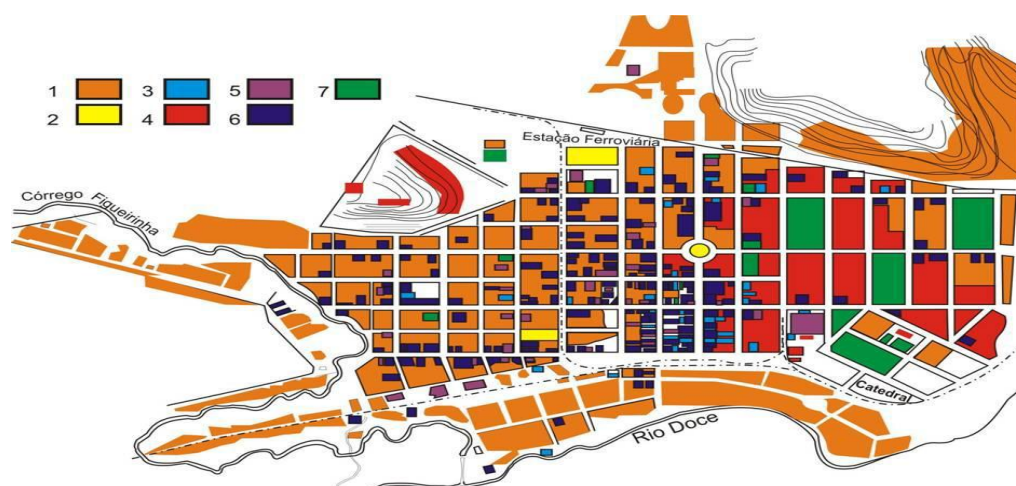


Figura 5: Traçado urbano de Governador Valadares.

Fonte: Dados modificados a partir de Strauch (1958).

Legenda: 1.casas classe pobre e operária; 2. praças; 3. comércio varejista e artigos de alimentação; 4. casas classe média e alta; 5.indústrias; 6.comércio e artigos manufaturados; 7 .serviços públicos, administrativos, escolas, etc.

As depredações e os crimes eram acontecimentos que faziam parte do cotidiano desse espaço. O quadro traçado pelo jornal sobre a especulação imobiliária e as invasões lotes que existiam nos limites da cidade expõe a dimensão do problema: somente a criação de uma fiscalização não seria suficiente porque, caso ela não estivesse protegida por forças policiais, ela seria totalmente inócua.

Em matéria de 04 de agosto de 1960, O Sr. Wilson Lopes, da ETEL (Empresa de Terrenos Esperança LTDA) fez declarações ao jornal dizendo que, com a aproximação do pleito de 03 de outubro, como vem acontecendo desde outros pleitos, voltam os invasores de lotes e ruas a encher de barracos as áreas descobertas na Vila Bretas. Os invasores não são apenas “deslocados”. São na maioria especuladores, que fazem barracas na calada da noite e no dia seguinte vendem ou alugam. Há proprietários dessa natureza com cinco e até mais invasões. O Prefeito Municipal foi responsabilizado, já que quando um proprietário começa a erigir uma construção, a prefeitura se faz presente na pessoa do fiscal. O fato é que a prefeitura faz vistas grossas, por interesse político talvez ou por incompetência administrativa. O bairro cresce e sem infraestrutura e/ou controle municipal.¹⁸⁰

Duas inferências podem ser feitas a partir do que foi dito. A primeira, a falta de segurança no que se consideravam limites da sede. A segunda, o comércio ilegal de terras tinha tamanha proporção e meios para a sua realização, segundo os administradores públicos, que somente uma medida de caráter mais profundo poderia mudar a situação. No entanto, o próprio *Diário do Rio Doce* chegou a fazer denúncias de irregularidades em concessões de lotes a moradores pelo então prefeito Raimundo Albergaria em finais de seu mandato. O episódio diz respeito ao terreno do antigo aeroporto localizado no bairro D’Lourdes, haja vista que um novo estava em vias de ser concluído, mais afastado da cidade.¹⁸¹

Numa primeira tentativa de estabelecer algumas relações a partir deste discurso, somos tentados a colocar em destaque os possíveis atritos políticos, como consequência de divergências partidárias, entre o governo municipal, o estadual e o federal.

¹⁸⁰ DRD. Quinta-feira, 04 de agosto de 1960. Tema: Ruas da Vila Bretas nova onda de invasões (Prefeito apontado como o culpado).

¹⁸¹ DRD. Terça-feira, 09 de abril de 1963. Tema: Continuam Invasões no Aeroporto Velho. Intensificam-se as construções no aeroporto velho, ora sob regime de interdição. Na “Avenida Nathan Machado”, quase todos os dias, aparece mais um barraco enquanto os donos de lotes nas margens do campo edificam suas residências. A Prefeitura vem dando licenças a todos os interessados. Foi verificada três invasões, todas autorizadas pela Prefeitura, o interessado mostrou um alvará assinado pelo Prefeito.

Na interpretação desses contemporâneos, o estágio em que se encontrava a economia e a maneira de como estes fatores de produção eram explorados não correspondiam às potencialidades e às riquezas existentes no município. Isto refletia na qualidade dos serviços oferecidos pelo município e também na própria imagem da cidade, que carecia de infraestrutura básica.

À noite, algumas ruas como ruas Tiradentes e outras próximas à Catedral de Santo Antônio, o trecho da Rua Arthur Bernardes entre Tiradentes e Israel Pinheiro, ficavam completamente às escuras. Algo semelhante acontecia com os bairros que ficavam em grande parte totalmente às escuras por falta de iluminação pública, o estado dos prédios públicos era péssimo, enfim, para estes administradores tudo ia muito mal.

¹⁸²No entanto, essa exposição de ideias negativas podem ser relativizadas, pois os indivíduos estavam inseridos em um contexto de razão de poder, que envolvia o aumento de impostos, o engajamento da opinião pública nos projetos de melhoramentos urbanos.

Quando seguimos por essa linha de raciocínio, pode-se perceber que o progresso para os administradores públicos ou para os cronistas do Jornal, seguia uma ordem natural. Sendo assim, é difícil em toda a sua abrangência constatar, nesses discursos as tensões, pois era unânime o desejo de progresso e ninguém talvez fosse contra um projeto de melhoria urbana, por mais limites que ele possa ter, pois em tese seriam essenciais para alavancar o desenvolvimento econômico local. Podemos considerar ainda a materialização desses projetos ou as tentativas paradigmáticas de realiza-los como o caminho principal para entender parte desse mecanismo.

No caso da luz elétrica, aparece uma nova perspectiva nos discursos, uma cidade que pretende “modernizar” o seu espaço. ¹⁸³Essa expressão havia ganhado nas primeiras décadas do Século XX um folego expressivo que se difere de outros tempos, mas buscando tomar como ponto de referencia a virada do século, com os surgimentos de novas tecnologias. O conceito assume expressões amplos e com significados variados

¹⁸² DRD. Governador Valadares. 18/05/1961.

¹⁸³ Segundo a tese de SÁVIO, Marco Antônio Cornacioni em, *A cidade e as máquinas: Bondes e automóveis nos primórdios da metrópole paulista 1900-1930*, p. 58 acerca da cidade de São Paulo nos primeiros anos do século XIX, ilustra que “Essa ideia de moderno, presente no próprio discurso usado pela Light para defender a sua presença na capital, colocava a empresa num embate com o passado da cidade de São Paulo. Um embate entre o passado e o futuro, representados, respectivamente pela Cia. Viação Paulista e pela empresa canadense, embate esse que manifestava, dia após dia, de forma concreta nos tribunais e nas ruas da cidade”.

¹⁸⁴“moderno se torna a palavra-origem, o novo absoluto, a palavra futuro a palavra-ação, a palavra-potência, a palavra-libertação, a palavra alumbramento, a palavra encantamento, a palavra epifania”.¹⁸⁵

No caso de Governador Valadares, apesar dos vários anúncios de novas instalações de postes e iluminação pública, bem como, suas instalações em regiões eleitas como importantes, como praças, ruas e avenidas do centro, algumas lacunas limitam uma melhor compreensão sobre a situação da cidade, no que diz respeito às estratégias de burlar as imposições ou escolhas por parte da prefeitura, iluminando certos espaços e deixando outros às escuras. O que podemos inferir nesse sentido, como aborda M. Sávio a respeito da cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século XX, é que “as contradições que possibilitaram a modernização de parte da cidade segregou outras”¹⁸⁶, como os bairros mais periféricos.

O novo Plano de iluminação em palestra pronunciada na Associação Comercial, em 5 de agosto de 1968, pelo Prefeito Hermírio Gomes da Silva, completa exposição de seu plano de embelezamento da cidade, pedindo aos empresários que colaborassem neste trabalho em benefício geral. O plano previa novo projeto de iluminação pública, que abrangesse desde a entrada da ponte do São Raimundo, até o Ginásio Presbiteriano, na Avenida Brasil, como ainda, toda Avenida Minas Gerais até o Rio Doce, em cuja parte seria construído um belíssimo logradouro público com vista para o Rio Doce, a execução deste plano seria concluída dentro de 90 dias.

Ao lado da iluminação prosseguirá o trabalho de arborização em toda a cidade, solicitando-se a ajuda voluntária do comércio e da indústria no sentido de construírem grades metálicas de proteção às árvores, padronizadas, pintadas e com letreiros de propaganda. Os bairros não faziam parte desses planos, nem ao menos eram mencionados, aparecendo várias reclamações sobre a situação de bairros como o Grã Duquesa, Vila Isa, Nossa Senhora das Graças, São Jose, Altinópolis dentre outros. Somente na década de 1970 seriam estendidas iluminações a esses bairros.¹⁸⁷ Afinal de contas, a construção da sociedade através da aplicação de novas técnicas acabou por

¹⁸⁴ SEVCENKO, Nicolau. *Op. cit.* 228.

¹⁸⁵ ARRUDA, Adson. *Imprensa, vida Urbana e Fronteira: a cidade de Cárceres nas primeiras décadas do século XX (1900-1930)*. (Dissertação). Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso, 2002.

¹⁸⁶ SÁVIO, Marco A. C. *A Cidade e as máquinas: bondes e automóveis nos primórdios da metrópole paulista 1900-1930*. São Paulo: Annablume, 2010. p. 340.

¹⁸⁷ DRD. Governador Valadares. Mais luz vai aos bairros. Quinta feira 23 de julho de 1970.

suscitar tensões, que vez por outra explodiam em revoltas ou se manifestavam, de forma mais constante e difícil de ser observada através de trapagens, como o uso de iluminação clandestina, que eram a única forma de grande parcela da população de participar desse projeto de modernização.

3.3 As Praças

As praças foram também objeto de intervenção por parte das autoridades e tema que mobilizou discussões no jornal. A praça denominada Serra Lima era considerada, nos documentos produzidos pela pelos jornais e administradores públicos, como prioridade. Não apenas por se localizar no centro da cidade, mas devido à sua relevância simbólica. A praça representa o espaço público por excelência, eleito o marco zero, o indicador da cidade e, portanto, tende a se confundir com a própria cidade:

As obras consistem na remodelação completa das praças Serra Lima e João Pinheiro; recompor e completar toda arborização já existente na cidade; arborização e o ajardinamento da Av. JK, que será inaugurada com sua arborização e jardins completos.¹⁸⁸

Outra matéria noticiava: “A nova iluminação na Av. e na Praça SL vão ser inauguradas Dia da Pátria”.¹⁸⁹ O Plano de Iluminação da cidade custou aos cofres da Prefeitura aproximadamente 100 mil cruzeiros novos. As obras faziam parte do plano de metas da administração do Prefeito Hermírio Gomes, que incluía plano de iluminação dos bairros e iluminação ornamental moderna para o centro da cidade.¹⁹⁰

Para tornar mais operacionalizáveis as atitudes do poder público em relação à Praça Serra Lima, é interessante apontar alguns caminhos e, sobretudo, detectar as coerências das representações em torno dela. A praça principal, delineada já no ato de fundação de Governador Valadares, foi inspirada e planejada segundo a regularidade funcional do centro da cidade.

¹⁸⁸ DRD. Governador Valadares, sábado, 17 de outubro de 1959. Arborização: tem “carta branca” o Sr. Eng. Murilo Mendes, para executar a obra- Remodelação de praças e correções na arborização já feita- bairros também terão sombra.

¹⁸⁹ DRD. Governador Valadares. Quinta-feira 19 de agosto de 1965.



Figura 6: Vista parcial da área central, com destaque a Praça Serra Lima e o Morro do Carapina ao fundo, década de 50. Fonte: NEHT-Univale.

Conforme observa Adson Arruda, estudando o significado das praças em outro contexto:

O alinhamento das ruas, com suas respectivas medidas, convergindo-as para a praça, o lugar reservado às construções e a altura das casas são detalhes que definem bem a preocupação em legitimar uma perspectiva de edificação do centro urbano, trazendo a ideia de que predominavam mais a rotina e não a razão abstrata. Mas esta hierarquização não se encontrava apenas na classificação espacial das ruas que compunha o centro da cidade.¹⁹¹

Em Governador Valares, igualmente Praça João Paulo Pinheiro, embora conhecida popularmente como “Praça da Estação”, compunha um espaço estratégico para a municipalidade, já que, era o cartão de visitas para quem desembarca na Estação Ferroviária vindo da Capital Mineira ou do Espírito Santo, no entanto:

A mendicância – falsa ou verdadeira – tem grande preferência pela Praça João Paulo Pinheiro e adjacências. – Talvez seja porque o local não é vigiado pelas autoridades policiais, municipais e sanitárias. Em meio ou mendigos que fazem morada naquela praça se infiltram muitos enfermos, dignos de internamento em hospital ou sanatório. Alguns têm até moléstias contagiosas. Mesmo assim permanecem no contato com os de melhor saúde e contaminando os locais em que o público tem que transitar.¹⁹²

¹⁹⁰ DRD. Governador Valadares. Sexta-feira, 28 de junho de 1968.

¹⁹¹ ARRUDA, Adson. Op. cit, p. 88.

¹⁹² DRD. Governador Valadares, 14 de dezembro de 1966.

Nesse aspecto, é interessante perceber como o jornal caracteriza as classes perigosas na cidade. Trata-se de uma ideologia que desqualifica o não trabalho e contribui para o processo de marginalização de grupos sociais.

Sidney Challoub, ao estudar as relações entre cortiços e as epidemias no Rio de Janeiro, em fins do século XIX, traz à tona algumas ideias importantes para a compreensão das intervenções do poder municipal em todo Brasil, no que tange à higiene e à saúde públicas. O projeto de posturas de Pereira Rego, para a cidade do Rio de Janeiro, em sua introdução, afirma que a higiene pública representa o progresso e a civilização de um povo, constituindo-se num princípio verdadeiro. Este argumento dificilmente passou despercebido aos administradores públicos, mesmo sabendo das enormes diferenças existentes entre as cidades brasileiras.¹⁹³ Como informa o historiador, para as autoridades de fins do Império e raia da República:

Os cortiços supostamente geravam e nutriam ‘o veneno’ causador do vômito preto. Era preciso, dizia-se, intervir radicalmente na cidade para eliminar tais habitações coletivas e afastar do centro da capital as ‘classes perigosas’ que nele residiam. Classes duplamente perigosas, porque propagavam a doença e desafiavam as políticas de controle social no meio urbano.¹⁹⁴

Teresa Pires do Rio Caldeira entrevista pessoas de diferentes classes sociais e analisa a criminalidade na maior capital do Brasil, seu crescimento, as causas sociais e os meios de contê-la e manter a ordem, muitas vezes violentos. De acordo com a autora, a “fala do crime e o crescimento da violência na São Paulo atual indicam a existência de intrincadas relações entre violência, significação e ordem, nas quais a narração tanto combate quanto reproduz a violência”.¹⁹⁵ Talvez os moradores não percebam dessa forma, mas, realmente, ao falar do crime e sugerir uma solução para uma reorganização, a ideia é sempre por meio de mais violência. Assim sendo, aumentam as desigualdades sociais e a segregação espacial analisando as “intrincadas relações” da violência com o meio social na tentativa de explicar o crescimento da criminalidade.

¹⁹³ CHALLOUB, Sidney. *Op. cit.*, p. 34.

¹⁹⁴ *Ibidem*, p.17.

¹⁹⁵ CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros*. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2000, p.43.



Figura 7: Vista parcial da área central, com destaque a Praça Serra Lima, década de 50. Fonte: NEHT-Univale.

Mesmo com a iluminação pública, as praças Serra Lima e, neste caso, a Praça da Estação e seus arredores, continuaram sendo palco de ações vistas como delitos cometidos por alguns dos seus moradores, principalmente à noite. “As Praças João Paulo Pinheiro e Serra Lima estão passando por completa remodelação em suas jardinagens e iluminações, evitando que vagabundos circulem principalmente à noite nesses locais”.¹⁹⁶ Assim, é possível fazer uma associação entre as pessoas que transgrediam a ordem e os moradores pobres da cidade. É importante ressaltar a importância não só da praça, mas da cidade como um centro regional, isto é, como um polo econômico e político.

Os discursos no DRD ou nas atas públicas eram dirigidos a alguns espaços tidos como funcionais e nomeados como prioridades, geralmente localizados no centro e seus entornos. Podemos verificar, até certo ponto, os sentidos dessas intervenções nessas áreas da cidade os elementos que as uniram nos discursos dos seus administradores ou mesmo nos jornais. Não se trata de fixar ou reproduzir os discursos dos administradores. A nossa intenção é seguir as pistas ou evidências deixadas pelos testemunhos oficiais, sobretudo os relacionados com as melhorias, remodelação e embelezamento dos espaços eleitos como prioritários.

A ideia consagrada de praça como um espaço amplo que se abre na estrutura interna das cidades, com jardinagem, gramas com flores e árvores, bancos nos arredores, um coreto ao centro onde as bandas tocavam e os jovens namoravam ao som dos instrumentos não correspondia com as praças de Governador Valadares. Contudo, os administradores públicos procuravam modos de produzir esteticamente nesses espaços, o embelezamento, ajardinamento e plantio de árvores, tornando-as locais atraentes aos moradores, através do plantio de árvores e da construção de jardins.¹⁹⁷

Ao lado, portanto, do discurso que enaltecia ou propagandeava as transformações urbanas, surgia outro que trazia à tona as contradições da cidade de Governador Valadares.

Nas manchetes que tratavam dos problemas dos dia a dia da cidade é que a imprensa local passa a possuir contornos novos nitidamente definidos pela perspectiva de quem assinava as publicações. No dia 26 de julho de 1960, o *Diário do Rio Doce* publicou, em seu editorial, uma matéria sob o título: “Assuntos, interpretação e problemas”. Aqui o redator, produz uma complexa análise acerca dos problemas relacionados aos contornos da cidade, tomando como ponto inicial seu plano original e a regularidade urbanística que apresentaria falta de igualdade em relação ao parâmetro: a matéria destaca o caso da Praça Serra Lima que “abandonada” vê ao seu entorno os progressos da cidade, o descaso com a praça, bem no centro da cidade, é motivo de insatisfação de moradores locais e forasteiros, principalmente esses últimos, pois deixaram seus lugares para fazer de GV sua nova morada, já que GV representa para eles um futuro melhor.¹⁹⁸

Nestes termos, os habitantes de Governador Valadares são colocados em um mesmo nível, pois não eram somente as autoridades que não cumprem as normas do Código de Posturas do município, os cidadãos também são negligentes. O descumprimento às leis e a satisfação na violação dos deveres, fazem parte de uma sociedade sem compreensão de civilidade, com isso o ultimato para que todos fossem precavidos. As ideias que giram em torno da representação estética que circulavam nos

¹⁹⁶ DRD. Governador Valadares. Domingo, 11 de outubro de 1964.

¹⁹⁷ D.R.D. Governador Valadares, sexta-feira, 02 de agosto de 1968. Tema: Cidade será mais bonita.

¹⁹⁸ DRD. Governador Valadares, terça-feira, 26 de julho de 1960.

jornais, buscavam não apenas alinhar a cidade aos caminhos do progresso, mas, até certo ponto, como pressuposição à modificação dos costumes e hábitos.¹⁹⁹

Nessas representações, a Governador Valadares mostra os seus problemas e toda a sua diversidade, contrariando o modelo de cidade “desejado” pelos articulista se os projetos de modernização almejados.

Até onde é possível constatar pela leitura das fontes, várias medidas tomadas pelo Governos do Município, na tentativa de organizar a cidade foram inócuas, pois a falta de um mínimo de infraestrutura revelou uma cidade alimentada por sonhos. O projeto de modernização se limitou a uma minoria privilegiada. Moradores de bairros como o Lourdes, o mais populoso, conviviam com uma realidade nada moderna: lixo, esgoto a céu aberto, falta de pavimento e água, traçam alguns aspectos desse bairro, bem como da ingerência dos Governos.²⁰⁰ No entanto, Bairros como o São Pedro e Santa Helena eram presenteados com modernas praças, meios fios, instalação de redes pluviais, preparo de ruas para receber calçamento. Eram concluídas obras de Avenidas como a Santa Helena no bairro que recebia o mesmo nome,²⁰¹ bem como o alargamento da ponte da ilha, que até então não possuía passagem para pedestres.²⁰² O crescimento e a urbanização da cidade, antes de integrar as suas diversas populações, acabava por representar a exclusão da maior parte dessas pessoas, que não tinham condições de usufruir dessa modernidade e eram por ela excluídos, experimentando apenas o seu lado negativo.

O processo vivenciado pela cidade de Governador Valadares possui proximidades com vários projetos de modernização no país, onde esse moderno acabou por produzir não a civilização, como gostavam de pregar as elites nacionais, mas sim a ruína, isso graças aos despropósitos que moviam esse processo de modernização e à falta de interesse de integração de populações e regiões inteiras do país à economia nacional.²⁰³ Muitos dos projetos dos vários planos de metas nunca chagaram a se consumir: “se eu fizer tudo que me pedem o próximo prefeito não terá nada que fazer”: essas foram palavras do Prefeito Raimundo Albergaria, cumprindo seu segundo

¹⁹⁹ GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Op. cit.*, p. 193.

²⁰⁰ D.R.D. Governador Valadares, quarta-feira, 12-06-1974.

²⁰¹ D.R.D. Governador Valadares, terça-feira, 23-08-1978.

²⁰² D.R.D. Governador Valadares, sexta-feira, 16-07-1978.

²⁰³ Sobre esse aspecto ver: HARDMAN, F. F. *O trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 23- 48.

mandato consecutivo. Várias obras foram anunciadas, idealizadas, mas poucas de fato cumpridas, ficando apenas no campo das ideias, atenuadas ao próprio jogo político.²⁰⁴

As reformas urbanas, traduzidas no processo de remodelação da cidade, constituíram-se como esforços em ordená-la. Entretanto, em várias ocasiões resultaram na ação em perseguir habitações consideradas insalubres, extinguindo-as ou afastando para os limites da cidade. As questões relacionadas à remodelação urbana de Governador Valadares não moveram somente autoridades- a prefeitura, o chefe de polícia, o Serviço Especial de Saúde Pública- mas envolveram também outros atores que, nas páginas do jornal, falavam sobre a cidade, em cujas falas entrecortavam-se juízos sobre seus avanços e atrasos.

²⁰⁴D.R.D. quinta-feira, 21 de abril de 1960.

Considerações Finais

Maria Stella M. Brescianni, em *História e historiografia das cidades um percurso*, afirma que *as cidades são antes de tudo uma experiência visual*. Ruas cercadas de construções, igrejas e edifícios públicos. Mas ela é também movimento, animação, agitação de pessoas concentradas num mesmo espaço. Essa relação entre moradores e a arquitetura das cidades criam espaços saturados de significações acumuladas através do tempo.²⁰⁵

Foi assim, dentro deste movimento pendular entre a materialidade da cidade e as práticas socioculturais dos seus moradores que procuramos conduzir esta pesquisa. Ao longo desses três capítulos buscou-se mapear alguns aspectos que julgamos relevantes para a compreensão dos projetos de modernização da cidade de Governador Valadares. Para tanto, considerando a conjuntura econômica e política na qual a cidade estava inserida, analisamos os principais projetos que materializaram a modernização, representada pelas intervenções nas ruas, casas, pontes, iluminação e praças.

Ao procurar analisar historicamente diversas leituras sobre a cidade de Governador Valadares, nas décadas de 196 e 1970, focalizando a imprensa e os registros oficiais – relatórios, atos e pareceres dos administradores públicos – e suas articulações/relações com os moradores da cidade, pretendeu-se buscar outros significados presentes nesses registros. Como resultado, foi possível perceber uma multiplicidade de representações da cidade, existentes na mesma cidade.

Com relação aos discursos dos administradores públicos, estes abrangiam um número variado de medidas que não visavam somente transformar a materialidade da cidade: as praças, as ruas, e os prédios públicos. Os seus objetivos iam muito além: era estabelecer uma nova ordem urbana, não mais calcada na irracionalidade da existência de várias cidades dentro desse espaço. Sendo assim, todos os comportamentos, ações gestos dos seus moradores, fora dos padrões de uma cidade que se queria civilizada, ordenada, deveria ser eliminado. Procede daí a preocupação das autoridades públicas em reformar não só as ruas e as praças da cidade, mas as atitudes dos seus moradores – não jogar lixo no rio, por exemplo.

²⁰⁵ BRESCIANNI, Maria Stella M. *Op. cit.* p. 237.

Partindo do princípio de que Governador Valadares era “atrasada”, com muitos problemas na sua infraestrutura urbana, os administradores públicos transformaram a cidade em objeto passível de intervenção.

Assim, Governador Valadares, nas primeiras décadas da segunda metade do século XX, foi marcada pelas intervenções dos administradores públicos, pelos discursos incessantes sobre a construção do progresso, da civilização e da ordem. Se a remodelação pôde significar para a cidade a transformação do seu aspecto físico e modernidade que, como vimos, nem sempre eram concretizadas; para parte da população teve significados bem diferentes, interferindo e modificando as vidas desses homens e mulheres.

A imprensa permitiu-nos também explorar alguns aspectos do viver urbano, de como alguns segmentos da população valadarense era representada nesse período e de como alguns lugares, como as praças, adquiriam diferentes sentidos e significados. Ao explorar essa dimensão do viver urbano, descobrimos diferentes usos que a população fazia das ruas, das praças e de outros logradouros públicos, contrapondo assim, às investidas das autoridades.

A imprensa revelou-se igualmente como um canal de expressão dessa população que nem sempre era atendida pelas reformas dos prefeitos. Ao lado de uma cidade com ruas largas e iluminadas, descortinava-se outra marcada pela falta de condições estruturais e precárias condições de habitação e higiene.

Por outro lado, para as autoridades públicas, a cidade era um espaço que deveria ser controlado. Os Orçamentos anuais, as Resoluções, os Atos constituíam importantes mecanismos para se evitar o contrabando, para conter as epidemias e para combater a sucessão de roubos e assassinatos. A tentativa de manter o controle moral e físico do território mostrou-se uma das características mais marcantes nas práticas políticas dos administradores municipais, seja através das reformas urbanas, dos códigos de postura ou dos projetos inconclusos.

Fontes e referências bibliográficas

Fontes

Jornais

Diário do Rio Doce, 1958-1980, Governador Valadares, Minas Gerais.

Relatórios

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. *Perspectivas de desenvolvimento industrial da Região do Rio Doce*. São Paulo: SERETE, 1963, 3 v.

Plano de desenvolvimento local integrado. Governador Valadares. Prefeitura Municipal, 1972/3. Documento Básico.

Plano de desenvolvimento local integrado. Governador Valadares. Prefeitura Municipal, 1972/3. Diagnóstico.

Enciclopédia dos Municípios Brasileiros – IBGE (1950-1958).

Documentação da Câmara Municipal de Governador Valadares – Centro de Documentação e Arquivos de Custódia

Câmara Municipal de Governador Valadares. 04 de junho de 1957. Requerimento N. 51/57. (Processo N. 115/57). CEDAC. Cx. 29/955. Série 1 – Infraestrutura urbana. Subsérie 1 – Reformas.

Câmara Municipal de Governador Valadares. Requerimento Número 50/57. Processo N. 114/57. CEDAC. Cx. 29/956. Série 1 – Infraestrutura urbana. Subsérie 1 – Reformas.

Câmara Municipal de Governador Valadares. Requerimento N. 22/57. Processo N. 59/57. 13 de março de 1957. CEDAC. Cx. 29/972. Série 1 – Infraestrutura urbana. Subsérie 1 – Reformas.

Câmara Municipal de Governador Valadares. Requerimento N. 19/57. Processo N. 56/57. 13 de março de 1957. CEDAC. Cx. 29/941. Série 1 – Infraestrutura urbana. Subsérie 1 – Reformas.

Câmara Municipal de Governador Valadares. 05 de agosto de 1958. Requerimento N. 45/58 (Processo N. 126/58) – original. CEDAC. Cx. 34/1075 Série 1 – Infraestrutura urbana. Subsérie 1 – Reformas.

Câmara Municipal de Governador Valadares. Requerimento nº 64/58 Data 05/12/1958. Cópia. CEDAC. Pasta 917 Cx. 28. Proc. 210/58 Série I: Trânsito - Subsérie XII –

CEDAC. (Solicitação de vereador sobre a proibição de transporte de animais soltos nas ruas da cidade.)

Câmara Municipal de Governador Valadares. Requerimento/07 de março de 1960. CEDAC. Cx. 46/1460 Série 1 – Infraestrutura urbana. Subsérie 1 – Reformas.

Câmara Municipal de Governador Valadares. Requerimento N. 123/60 Processo N. 211/60. 08 de abril de 1960. CEDAC. Cx. 45/1435 Série 1 – Infraestrutura urbana. Subsérie 1 – Reformas.

Câmara Municipal de Governador Valadares. Processo N.339/60. 08/08/1960. CEDAC. Pasta 1371. Série 1 – Infraestrutura Urbana. Subsérie 1– Reformas. (patrolamento da Rua Barbara Heliodora e proibição de barracas nas vias que dão acesso a cidade,).

Câmara Municipal de Governador Valadares. 09 de maio de 1961. Requerimento N. 98/61. (Processo N. 223/61) – Original. CEDAC. Cx. 47/1498 Série 1 – Infraestrutura urbana. Subsérie 1 – Reformas.

Câmara Municipal de Governador Valadares. Requerimento nº 244/61 em 12/12/1961. Original. CEDAC. Pasta 1587 Cx. 49. Proc. 470/61 Série I: Infraestrutura urbana/ Subsérie IV,V, VI: Plantas /projetos/croquis. (providências quanto ao lixo amontoado na Av. Brasil). Câmara Municipal de Governador Valadares. Requerimento nº 79/62 em 03/04/1962. Pasta 1680. CEDAC. Cx. 51 - Proc. 147/62 - Série I: Infraestrutura urbana/ Subsérie VII: Cessão/ Terrenos/ Móveis. (Solicitação de vereador sobre urgentes providências para a drenagem da rua 4 do Bairro de Lourdes que, na época das chuvas se torna intransitável).

Câmara Municipal de Governador Valadares. Requerimento N. 31/62 Processo N. 58/62. 12 de janeiro de 1962. CEDAC. Cx. 1693 Série 1 – Infraestrutura urbana. Subsérie 1 – Reformas.

Câmara Municipal de Governador Valadares. Requerimento nº 166/62 em 12/09/1962. CEDAC. Cópia. Pasta 1269 Cx. 39- Proc. 351/62 Série I: Infraestrutura urbana/ Subsérie VIII: Reivindicação. (Solicitação do vereador Sebastião Rodrigues da Cunha sobre calçamento de trecho na rua Belo Horizonte.)

Câmara Municipal de Governador Valadares. Requerimento nº 108/63 em 03/06/1963. CEDAC. Pasta 1902 Cx. 54- Proc. 213/63 Série I: Infraestrutura urbana/ Subsérie VII: Cessão/ Terrenos/ Móveis – (Solicitação de vereador ao Prefeito para que tome providências de conseguir nova área para o cemitério da cidade, Uma vez que é triste o espetáculo da abertura de covas naquele local, com o desaterramento de partes de cadáveres ainda em decomposição para se conseguir lugar para novos sepultamentos).

Câmara Municipal de Governador Valadares. Processo N. 196/65. 08/09/65. CEDAC. Pasta 1902 Série 1 – Infraestrutura urbana. Subsérie 1 – Reformas. (Iluminação da Av. Brasil e limpeza das bocas de lobo da Cidade).

Câmara Municipal de Governador Valadares. Processo N. 150/66. 10/06/1966. CEDAC. Pasta 2115 Série 1 – Infraestrutura Urbana. Subsérie 1 – Reformas. (Projeto de lei 22/66 – que modifica passagem de nível de linha férrea e dá outras providencias).

Câmara Municipal de Governador Valadares. Processo N. 243/61. 16/05/1961. CEDAC. Pasta 1485. Série 1 – Infraestrutura Urbana. Subsérie 2 – Construção/instalação. (indicação pela construção de redes sanitárias)

Câmara Municipal de Governador Valadares. Processo N. 19/64. 17/01/1964. CEDAC. Pasta 1898. Série 1 – Infraestrutura Urbana. Subsérie 2 – Construção/instalação. (reparos na MG calçamento de passeios da praça de esportes e higienização dos grupos escolares.)

Câmara Municipal de Governador Valadares. Processo N. 57/63. 05/02/1963. CEDAC. Pasta 1902. Série 1 – Infraestrutura Urbana. Subsérie 2 – Construção/instalação. (entendimento com CEMIG para extensão de rede de luz e iluminação de mais bancos na Praça Serra Lima.)

Câmara Municipal de Governador Valadares. Requerimento nº 126/65 em 08/09/1965. CEDAC. Original Pasta 2094 Cx. 60- Proc. 196/65 Série I: Infraestrutura urbana/ Subsérie VIII: Reivindicação – (Solicitação de vereador sobre a constituição de uma comissão para ir ao Rio de Janeiro, pleitear junto aos poderes públicos federais, verbas para o serviço de ampliação de água e esgoto na cidade).

Câmara Municipal de Governador Valadares. Processo N. 24/66. 07/01/66 a 08/02/1966. CEDAC. Pasta 1941. Série 1 – Infraestrutura Urbana. Subsérie 2 – Construção/instalação. (execução de obras de meio fio e calçamento no trecho da rua Marechal Deodoro).

Câmara Municipal de Governador Valadares. Processo N.19/54. 17/01/1964 a 20/01/1964. CEDAC. Pasta 2051. Série 1 – Infraestrutura Urbana. Subsérie 2 – Construção/instalação. Requer cumprimento de promessas (Reformas urbanísticas)

Câmara Municipal de Governador Valadares. Requerimento nº 10/65 em 11/01/1965. CEDAC. Cópia. Pasta 1943 Cx. 55 - Proc. 17/65 Série I: Infraestrutura urbana/ Subsérie VIII: Reivindicação. (Solicitação do vereador Enoch Silas dos Santos sobre atenção nas ruas do Bairro de Lourdes).

Câmara Municipal de Governador Valadares. Processo N. 36/66. 08/02/1966 a 09/02/1966. CEDAC. Pasta 2069. Série 1 – Infraestrutura Urbana. Subsérie 2 – Construção/instalação. (Calçamento do final da rua Israel Pinheiro).

Câmara Municipal de Governador Valadares. Processo N. 37/66. 08/02/1966 a 09/02/1966. CEDAC. Pasta 2069. Série 1 – Infraestrutura Urbana. Subsérie 2 – Construção/instalação. (requer ampliação do serviço de limpeza pública)

Câmara Municipal de Governador Valadares. CEDAC. Requerimento nº 43/66 Data 11/02/1965. Cópia. Pasta 2069 Cx. 61 - Proc. 48/66 Série I: Infraestrutura urbana/ Subsérie XIV: Requerimentos. (Solicitação do vereador Thompson Borges desentupimento de rede de esgoto e limpeza de ruas).

Câmara Municipal de Governador Valadares. Processo N. 333/77. 03/10/1977. CEDAC. Pasta 2124. Série 1 – Infraestrutura Urbana. Subsérie 2 - Construção/instalação. (requer construção de rede de esgoto na rua 65 do bairro São Paulo).

Câmara Municipal de Governador Valadares. Processo N. 173/80. 08/05/1980 a 09/05/1980. CEDAC. Pasta 2124. Série 1 – Infraestrutura Urbana. Subsérie 2 – Construção/instalação. (requer construção de rede de esgoto no bairro Santa Helena)

Câmara Municipal de Governador Valadares. Processo N. 211/80. 02/06/1980 a 03/06/1980. CEDAC. Pasta 2124. Série 1 – Infraestrutura Urbana. Subsérie 2 – Construção/instalação. (Requer calçamento de ruas e plantação de árvores).

Câmara Municipal de Governador Valadares. Processo N. 197/90. 26/04/1990 a 07/05/1990. CEDAC. Pasta 2147. Série 1 – Infraestrutura Urbana. Subsérie 2 – Construção/instalação. (Comunica envio de ofício em resposta a requerimento sobre abertura do trecho de rua para escoamento de fossas).

Câmara Municipal de Governador Valadares. Processo N. 3676/90. 07/12/1990. CEDAC. Pasta 2151. Série 1 – Infraestrutura Urbana. Subsérie 2 – Construção/instalação. (Documento sobre canalização do Córrego Cardoso e do Figueirinha).

Câmara Municipal de Governador Valadares. Processo N. 11/50. 25/02/1959 a 18/04/1959. CEDAC. Pasta 1261. Série 1 – Infraestrutura Urbana. Subsérie 2 – Construção/instalação. (Projeto da avenida Juscelino Kubitschek).

Câmara Municipal de Governador Valadares. Requerimento nº 139/64 em 11/12/1964. Cópia. CEDAC. Pasta 1902 Cx. 54. Proc. 268/64 Série I: Infraestrutura urbana/ Subsérie IV,V, VI: Plantas /projetos/croquis. (Vereador solicita a necessidade de

completar o calçamento dos passeios interno das praças João Pinheiro, Euzébio Cabral e pracinha localizada na Avenida JK, ao lado do viaduto.)

Câmara Municipal de Governador Valadares. Processo N. 124/65. 14/07/1965. CEDAC. Pasta 2113. Série 1 – Infraestrutura Urbana. Subsérie 2 – Construção/instalação. (Projeto de lei 23/65- constitui a Comissão de Plano Diretor de Valadares).

Câmara Municipal de Governador Valadares. Processo N. 258/65. 09/11/1965 a 11/11/1965. CEDAC. Pasta 2112. Série 1 – Infraestrutura Urbana. Subsérie 2 – Construção/instalação. (Requer informação sobre denúncias de loteamentos).

Câmara Municipal de Governador Valadares. Processo N. 48/60. 12/01/1960. CEDAC. Pasta 1371. Série 1 – Infraestrutura Urbana. Subsérie 8/Reivindicação. (pela fiscalização e policiamento sanitário).

Câmara Municipal de Governador Valadares. Processo N. 267/81. 09/07/81. CEDAC. Pasta 2124. Série 1 – Infraestrutura Urbana. Subsérie 8/Reivindicação. (Requer combate de surtos de pernilongo).

Câmara Municipal de Governador Valadares. Processo N. 88/65. 07/04/1965 a 12/04/1965. CEDAC. Pasta 1903. Série 1 – Infraestrutura Urbana. Subsérie 8/Reivindicação. (Requer início de campanha para conscientização da população pela limpeza pública).

Câmara Municipal de Governador Valadares. Processo N. 250/61. 19/05/1961 a 24/05/1961. CEDAC. Pasta 1653. Série 1 – Infraestrutura Urbana. Subsérie 8/Reivindicação. (Requer repressão a garotos que pegam “pongás” em caminhão)

Câmara Municipal de Governador Valadares. Processo N. 284/61. 09/06/1961. CEDAC. Pasta 1653. Série 1 – Infraestrutura Urbana. Subsérie 8/Reivindicação. (Requer respeito à planta do bairro de Lourdes).

Câmara Municipal de Governador Valadares. Processo N. 31/64. 05/03/1964. CEDAC. Pasta 2072. Série 1 – Infraestrutura Urbana. Subsérie 8/Reivindicação. (Requer substituição das árvores “ficus” do centro da cidade.)

Câmara Municipal de Governador Valadares. Processo N. 135/65. 01/07/1963. CEDAC. Pasta 1897. Série 1 – Infraestrutura Urbana. Subsérie 8/Reivindicação. (Requer substituição de árvores plantadas na Rua Afonso Pena)

Câmara Municipal de Governador Valadares. Requerimento nº 72/66 em 11/03/1966. Cópia. CEDAC. Pasta 1903 Cx. 54. Proc. 81/66 Série I: Infraestrutura urbana/ Subsérie

IV, V, VI: Plantas /projetos/croquis. (Solicitação do vereador Jean Mifarreg sobre solução de problemas de escoamento de esgoto).

Câmara Municipal de Governador Valadares. Processo N. 190/78. 12/06/1978. CEDAC. Pasta 2134. Série Estrutura Urbana. Subsérie 15/logradouros Públicos e Praças. (Projeto de lei 22/78-dispõe sobre denominação de logradouro público).

Câmara Municipal de Governador Valadares. Processo N. 211/80. 02/06/1980. CEDAC. Pasta 2124. Série Estrutura Urbana. Subsérie 15/logradouros Públicos e Praças. (Requer calçamento de ruas e plantações de árvores).

Câmara Municipal de Governador Valadares. Processo N. 213/60. 08/04/1960. CEDAC. Pasta 1351. Subsérie 14/Requerimentos. (Requer urbanização da Av. Minas Gerais e demolição do coreto velho).

Câmara Municipal de Governador Valadares. Processo N. 381/63. 09/10/1963. CEDAC. Pasta 1943. Subsérie 14/Requerimentos. (solicita que seja suspensa provisoriamente transferência das barracas localizadas a margem do aeroporto velho.)

Câmara Municipal de Governador Valadares. Processo N. 226/78. 06/06/78. CEDAC. Pasta 2124. Série 1 – Infraestrutura Urbana. Subsérie 12/Trânsito. (Requer asfaltamento das ruas 7 de setembro e São Paulo).

Câmara Municipal de Governador Valadares. Requerimento N. 26/66 Processo N. 38/66 08 de fevereiro de 1966. CEDAC. Cx. 62/2116 Série 1 – Infraestrutura urbana. Subsérie 7. Cessão terrenos imóveis.

Câmara Municipal de Governador Valadares. Requerimento nº 56/66 em 029/03/1966. Cópia. CEDAC. Pasta 1937 Cx. 58. Proc. 65/66 Série I: Infraestrutura urbana/ Subsérie IV,V, VI: Plantas /projetos/croquis. (Vereador solicita que seja providenciadas máquinas para proceder aos consertos das ruas da cidade, dando às mesmas melhor condição de trânsito).

Câmara Municipal de Governador Valadares. Requerimento N. 26/66. Processo N. 395/78. 6 de outubro de 1978. CEDAC. Cx. 63/2143. Série 1 – Infraestrutura urbana. Subsérie 4/5/6–Reformas.

Câmara Municipal de Governador Valadares. Requerimento nº 109/79 08/05/1979. Original. CEDAC. Pasta 2124/ Cx. 63 - Proc. 142/79 Série I: Infraestrutura urbana/ Subsérie I: Reformas. (Solicitação do vereador José Fernandes sobre reconstrução de rede de esgoto na Rua Peçanha).

Referências bibliográficas

ANDERSON, Perry. *Afinidades seletivas*. São Paulo: Boi Tempo, 2002.

ANT, Clara & KOWARICK, Lúcio. “Cem anos de promiscuidade: o cortiço na cidade de São Paulo”. In: KOWARICK, Lúcio. *As lutas sociais e a cidade de São Paulo, passado e presente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único*. Desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000,

ARAÚJO, Hermetes Reis (org.). *Tecnociência e cultura. Ensaaios sobre o tempo presente*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

ARRUDA, Adson. *Imprensa, vida Urbana e Fronteira: a cidade de Cárceres nas primeiras décadas do século XX (1900-1930)*. (Dissertação). Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso, 2002.

BALCÃO, Lier Ferreira. *A cidade das reclamações: moradores e experiência urbana na imprensa paulista (1900-1913)* in FENELON, Déa Ribeiro (org.). *Cidades*. São Paulo: ed. Olho d’água, 1999.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora SATERB, 1971.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BELLUZO, Ana Maria de Moraes. *A modernidade como paradoxo, modernidade estética no Brasil*. IN: MIRANDA, W. M. [Org.]. *Narrativas da modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade*. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioratti. São Paulo: Cia. das Letras, 1986.

BORGES, Maria Eliza L. *Utopia e contra utopia: movimentos sociais rurais em Minas gerais (1950-1964)*. Belo Horizonte: UFMG, 1988. (Tese de mestrado)

BORNHEIM, Gerd et al. *Cultura brasileira. Tradição e contradição*. (segunda edição). Rio de Janeiro: Jorge Zahar/FUNARTE, 1997.

BRADBURY, M. &McFARLANE, J (org.). *Modernismo. Guia geral*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

BURKE, Peter (org.). *A escrita da história. Novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros*. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2000.

CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CAMARGO, Daisy de. *Alegrias engarrafadas: os álcoois e a embriaguez na cidade de São Paulo no final do século XIX e começo do XX* / Daisy de Camargo. Assis, 2010.

Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, 2010.

CAMPOS, Candido Malta. *Os rumos da cidade. Urbanismo e modernização em São Paulo*. São Paulo: SENAC, 2002.

CAMPOS, Raymundo Carlos Bandeira. *Retrato do Brasil e sonho americano: ideias de progresso na obra de Monteiro Lobato*. Dissertação de Mestrado. São Paulo; PUC, 1992.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1977. (Coleção Corpo e Alma do Brasil).

CARONE, Edgard. *A Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. (Coleção Texto e Contexto).

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas. O imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

_____. *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. (terceira edição). São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

CEDRO, Marcelo de Araújo Rehfeld. *JK desperta BH (1940-1945): a capital de Minas Gerais na trilha da modernidade*. São Paulo: Annablume, 2009.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. 19. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

_____. “Teoria e método no estudo das práticas cotidianas”. In: SZMRECSANYI, Maria de Q. F. (org.) *Anais do encontro: cotidiano, cultura popular e planejamento urbano*. São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura, 1985.

CERASOLI, J. F.; CARPINTÉRO, M. V. T. A cidade como história. *História. Questões e Debates*, v. 50, p. 61-101, 2009.

CERASOLI, J. F. . Por uma cidade em obras: embates públicos em torno da questão urbana. São Paulo entre os séculos XIX e XX. Espaço e Debates: revista de estudos regionais e urbanos, São Paulo, 2005.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo, Cia da Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. *A história cultural, entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CORBIN, Alain. *O território do vazio, a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras. 1989.

COSTA, Edmar Campelo. *Epopéia de pioneiros. A história de Governador Valadares*. s/l, s/d.

COSTA, Wilma Peres & DE LORENZO, Helena Carvalho. *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: UNESP, 1997.

CHOAY, Françoise. *A regra e o modelo: sobre a teoria da arquitetura e do urbanismo*. (Trad. Geraldo Gerson de Souza). São Paulo: Perspectiva, 1985.

CRUZ, Heloísa Faria. São Paulo em papel e tinta, periodismo e via urbana 1890-1915. São Paulo: EDUC; FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo. Imprensa Oficial, SP. 2000.

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo. 1880-1945*. (segunda edição). São Paulo: DIFEL, s/d. (Coleção Corpo e Alma do Brasil).

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX* (segunda edição). São Paulo: Brasiliense, 1995.

DELFANTES, Charles. *Cidades e Urbanismo no Mundo*. Lisboa. Porto: ed. Dinalivro, 2004.

DELLA PERGOLA, Giuliano. *Viver a cidade: orientações sobre problemas urbanos*. São Paulo: Paulinas, 2000.

DOSI, Giovanni. "The Nature of the Innovative Process". In: Idem (ed.), *Technical Change and Economic Theory*. London: Pinter, 1988.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Associação Comercial de Governador Valadares. 60 anos de história*. Governador Valadares/MG: ACGV, 1999.

_____. *Sertão do Rio Doce*. Bauru/SP: EDUSC, 2005.

_____. Práticas Econômicas e Meio Ambiente na Ocupação do Sertão do Rio Doce. *Caderno de Filosofia e Ciências Humanas*, Belo Horizonte, v. 8, n. 14, 2000.

FABRIS, AnnaTeresa. *O futurismo paulista*. São Paulo: Perspectiva/EDUSP, 1994. (Coleção Estudos. Vol. 138).

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social. 1890-1920*. (quarta edição). São Paulo: DIFEL, 1986. (Coleção Corpo e Alma do Brasil).

_____. *A Revolução de 1930: Historiografia e História*. 12^aed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

FERNANDES, Ronaldo Costa & LIMA, Rogério (org.) *O imaginário da cidade*. Brasília/São Paulo: UNB/Imprensa Oficial, 2000.

FERREIRA, Celso Antonio. *A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: UNESP, 2002.

FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil. 1880-1920*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1978.

FOLLIS, Fransérgio. *Modernização urbana na Belle Époque paulista*. São Paulo: UNESP, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. (11.^a Edição) Rio de Janeiro: Graal, 1993.

_____. *Vigiar e punir. História da violência nas prisões*. (23.^o ed.) Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 2000.

GEDES, Patrick. *Cidades em evolução*. Tradução de Maria José Castilho. Campinas: Papirus, 1994. GRAHAN, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil (1850-1914)*. São Paulo: Brasiliense, 1973. (Coleção Estudos Brasileiros).

GUIMARÃES, Cristina Maria de Oliveira. *Entre o Progresso e a incompletude da modernidade*. (Trabalho decorrente da pesquisa “possibilidades da participação na política urbana de Governador Valadares”, realizada no âmbito do Programa Gestão do Território/NEHT/UNIVALE).

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Grupiaras e monchões, garimpos e cidades na história do povoamento do leste de Mato Grosso – primeira metade do vinte*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1996. (tese de doutorado).

HALL, Peter. *Cidades do Amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos do século XX*. Tradução de Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 1995. HARDMAN, Francisco Foot. “Antigos modernistas”. In: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e história*. São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura/Cia. das Letras, 1994.

_____. *Nem pátria, nem patrão! Vida operária e cultura anarquista no Brasil*. (segunda edição). São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. *Trem fantasma. A modernidade na selva*. São Paulo: Cia. das Letras: 1991.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

História e imprensa: representações culturais e práticas de poder/Lúcia Maria Bastos P. Neves, Marco Morel, Tania Maria Bessone da C. Ferreira (Organizadores). – Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

HOBBSBAWM, E. *A era dos extremos. Para uma abordagem da crise política no Brasil* cf.: FAUSTO, B. *A Revolução de 1930*.

JAMESON, Fredric. *Pós-modernidade: a lógica cultural do capitalismo tardio*. Tradução de Maria Elisa Cevalco. São Paulo: Ática, 1996.

KOWARICK, Lúcio (org.) *As lutas sociais e a cidade. São Paulo, passado e presente*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

LAMAS, Jose M. Garcia. *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. Porto: ed. Dinalivro, 2004.

LANDES, David S. *Prometeu desacorrentado. Transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental, desde 1750 até a nossa época*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. (3º edição). Campinas/SP: UNICAMP, 1994.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. Tradução de Sérgio Martins e revisão técnica de Margarida Maria de Andrade.

LIMA e HOCHMAN. “*Condenado pela raça, absolvido pela medicina: O Brasil descoberto pelo movimento sanitário da Primeira República*”. In: MAIO, Marcos Chor (org). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. *Limites da Utopia: e modernização no Brasil desenvolvimentista (Florianópolis, década de 1950)* *Revista Brasileira de História*. São Paulo, V.27, n. 53, 2007.

LOVE, Joseph. *A locomotiva. São Paulo na federação brasileira. 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

LUCA, Tânia Regina de. *A revista do Brasil. Um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: UNESP, 1999.

MATOS, Maria Izilda de. *Trama e poder. Trajetória e polêmica em torno das indústrias de açúcar para o café (São Paulo, 1888-1934)*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996.

MOTOYAMA, Shozo (Org.). *Tecnologia e industrialização no Brasil: uma perspectiva histórica*. São Paulo: UNESP, 1994.

MOTTA, Marly da Silva. *A nação faz cem anos. A questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: FGV, 1992.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A, FAPERJ, 2006.

PEIXOTO, Nelson Brissac. *Paisagens urbanas*. São Paulo: SENAC/Marca d'Água, 1996.

PESAVENTO, Sandra J. O imaginário da cidade: Visões literárias do urbano. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 1999.

PINTO, M. I. M. B..*Cotidiano e Sobrevivência: A Vida do Trabalhador Pobre Na Cidade de São Paulo, 1890-1914*. SAO PAULO: USP, 1994.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000 (Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro).

RACHE,Athos de Lemos. *Construção ao Estudo da Economia Mineira*. Livraria José Olympio Editora, 1995.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução: Alain François. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

ROLNICK, Raquel. *A cidade e a lei. Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. (segunda edição) São Paulo: FAPESP/Studio Nobel, 1999.

_____. “São Paulo, início da modernização: o espaço e a política”. In:

ROCAYOLO, Marcel C. Cidade. “Os espelhos da cidade: um debate sobre o discurso dos antigos geógrafos” in Bernard Lepetit. *Por uma História Urbana*. São Paulo: Edusp, 2001. SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso. A representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1998.

_____. & SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI*. São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2005.

SÁVIO, Marco A. C. *A modernidade sobre rodas. São Paulo, tecnologia automotiva, cultura e sociedade*. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2003.

_____. *A Cidade e as máquinas: bondes e automóveis nos primórdios da metrópole paulista 1900-1930*. São Paulo: Annablume, 2010.

SENNET, Richard. *O declínio do homem público. As tiranias da intimidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio* (vol. III). São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

_____. *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República* (4ª edição). São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. *Orfeu extático na metrópole. São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

_____. *Pindorama revisitada. Cultura e sociedade em tempos de virada*. São Paulo: Peirópolis, 2000.

SILVEIRA, Anny Jackeline. *A influenza espanhola e a cidade planejada: Belo Horizonte 1918*. Niterói: UFF-Programa de pós-graduação em História, 2004. (tese de doutorado. Mimeo).

SIMMEL, Georg. “A metrópole e a vida mental”. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano* (segunda edição). Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1973.

SIMAN, Lana Mara de Castro. *A história na memória. Uma contribuição para o ensino de história de cidades*. Dissertação de Mestrado: UFMG-FAE, 1988.

SIQUEIRA, Sueli. *Emigração Internacional e seus Impactos no Desenvolvimento Econômico na Microrregião de Governador Valadares*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2006.

STEINEN, Karl vonden. *O Brasil central, expedição em 1884 para a exploração do rio Xingu*. Brasileira. 1942.

STRAUCH, Ney. *A bacia do Rio Doce - estudo geográfico*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Conselho Nacional de Geografia, 1955.

_____. *Zona metalúrgica de Minas Gerais e Vale do Rio Doce*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1958. 118-125.

SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras. Literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras, 1987.

ABREU, Jean Luiz Neves (Org.) ; ESPINDOLA, H. S. (Org.) . *Território, sociedade e modernidade*. 1. ed. Governador Valadares: Ed. Univale, 2010

TOLEDO, Benedito Lima de. *São Paulo: três cidades em um século*. São Paulo: Duas Cidades, 1983.

ZANETTI, Valéria. *Cidade e identidade: São José dos Campos, do peito e dos ares*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2012.

ZANIRATO, Silvia Helena. *Problemáticas frente à retomada de novos e antigos marcos teóricos em torno de um conceito*. Conferência proferida em Cáceres em 2010, mimeo.